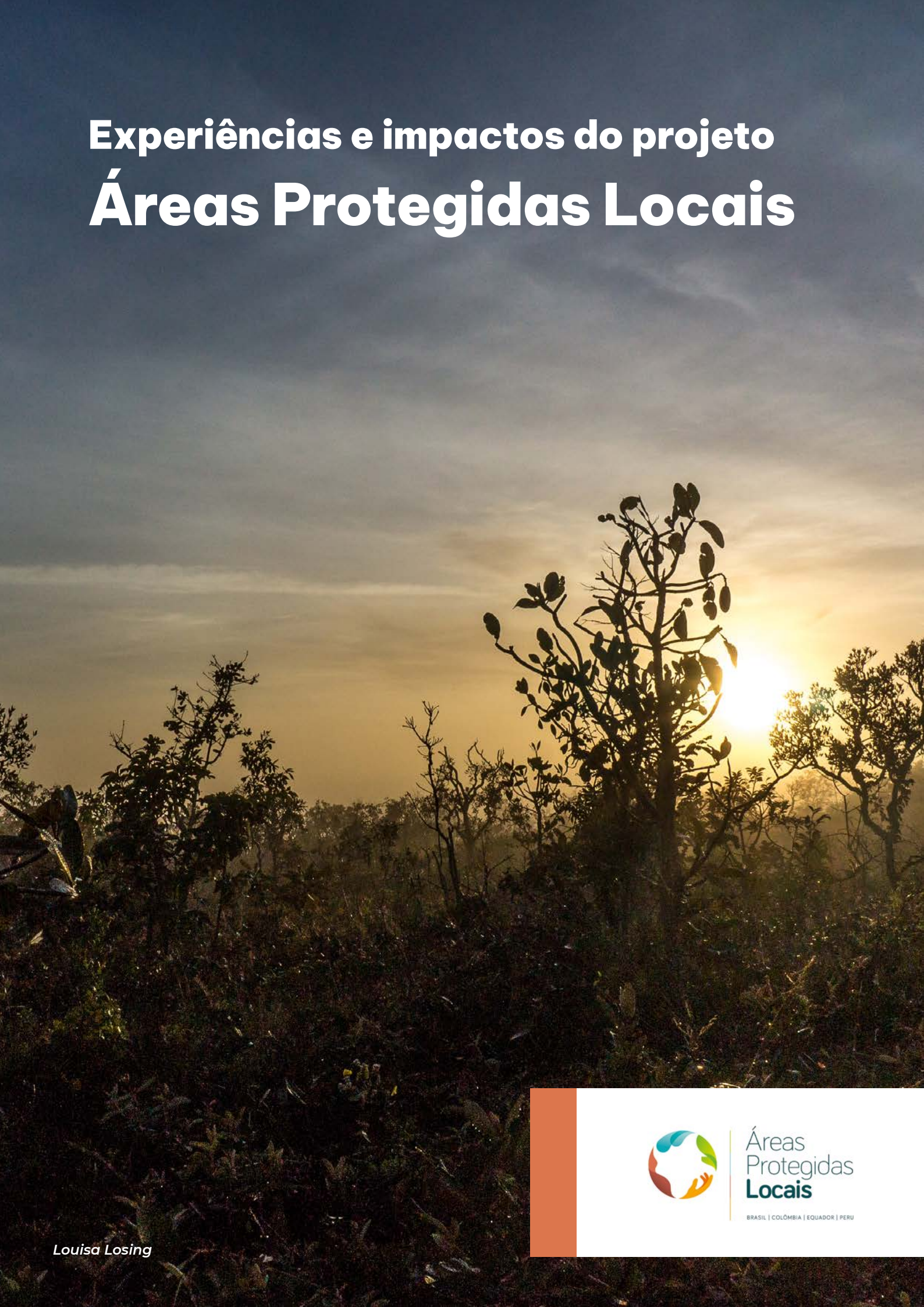


# Experiências e impactos do projeto Áreas Protegidas Locais



Louisa Losing



Áreas  
Protegidas  
**Locais**

BRASIL | COLÔMBIA | EQUADOR | PERU

## **PREPARAÇÃO E ROTEIRO**

### **GIZ**

André Lima

Fabiana Pirondi

Gianna Pedot

Giannina Rimarachin

Janina Budi

Jens Brüggemann

Joao Paulo Freitas

Jorge Carrillo

Juliana Echeverri

Maria Olatz Cases

Miriam Factos

Thaís Cristina Schneider

Tiago Zenero

### **UICN**

Stephanie Arellano

### **ICLEI**

Beatriz Barros

Roberto Rusche

# ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

**ABEMA** - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente de Brasil

**ANAMMA** - Associação Nacional de Municípios e Ambiente

**BMUV** - Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor

**CAPLAC** - Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e do Caribe

**CB27** - Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras

**CDB** - Convenção sobre Diversidade Biológica

**WCPA** - Comissão Mundial de Áreas Protegidas

**UNCAC** - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - Brasil

**CONADIB** - Comissão Nacional para a Diversidade Biológica do Peru

**CONGO** - Consórcio de Governos Autônomos Provinciais do Equador

**POLICIAL** - Conferência das Partes

**DAP/MMA** - Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente - Brasil

**EAD** - Educação à Distância

**Fedemunicípios** - Federação Colombiana de Municípios

**GAD** - Governo Autônomo Descentralizado - Equador

**GIZ** - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*

**ICLEI** - *Governos Locais para a Sustentabilidade*

**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IIED** - *Instituto Internacional por meio ambiente e desenvolvimento (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento)*

**IKI** - Iniciativa Internacional para o Clima

**IPAM** - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

**ISE** - Integração de serviços ecossistêmicos

**MAATE** - Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica do Equador

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente - Brasil

**MINAM** - Ministério do Meio Ambiente - Peru

**Minambiente** - Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Colômbia

**OMECA** - Outras medidas efetivas de conservação baseadas em área



**ONG** - Organização não governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**Resnatur** - Rede Colombiana Associação de Reservas Naturais da Sociedade Civil

**SAGE** - *Site-level Assessment of Governance and Equity (Avaliação de governança e equidade no nível local)*

**SAMGe** - Sistema de análise e monitoramento da gestão

**SINAP** - Sistema Nacional de Áreas Protegidas - Colômbia

**SNAP** - Sistema Nacional de Áreas Protegidas - Equador

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Brasil

**SPDA** - Sociedade Peruana de Direito Ambiental

**TNC** - *The Nature Conservancy*

**UC** - Unidade de Conservação

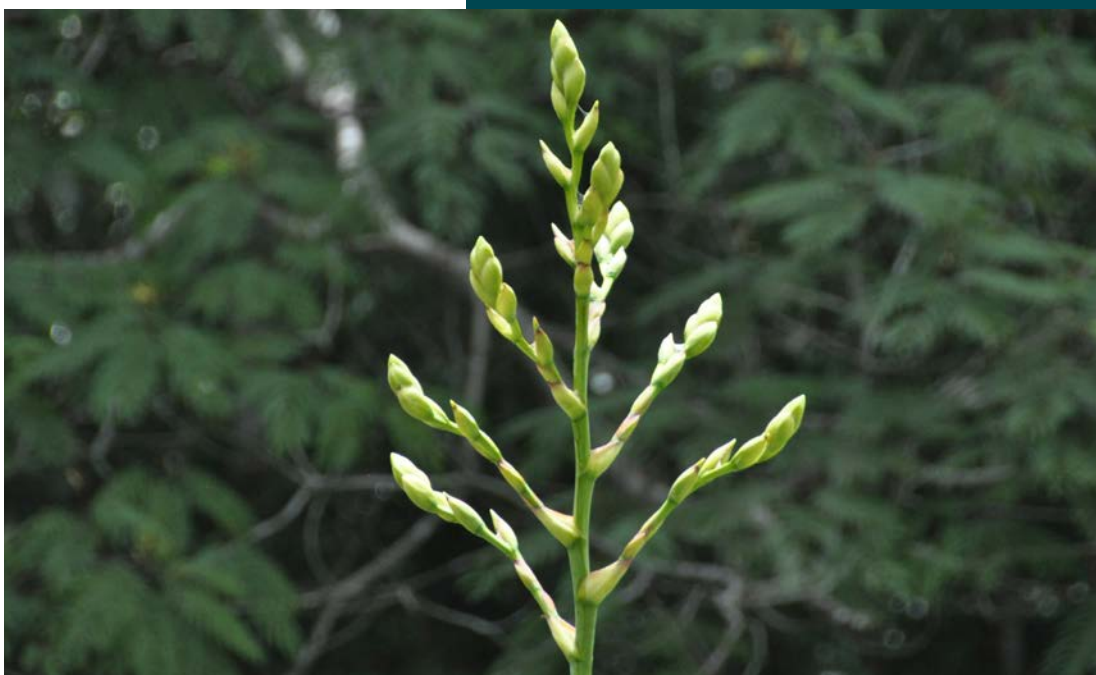
**UICN** - Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza

**UNFCCC** - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática

**WCMC** - Mundo Conservação Central de Monitoramento

**WCPA** - *World Commission on Protected Areas (Comissão Mundial de Áreas Protegidas)*

Marco Schäffer



# ÍNDICE

**06** Apresentação

**08** Contexto

**14** O projeto e sua abordagem

**27** Resultados do projeto

**59** Temas emblemáticos

**84** Considerações finais

# Apresentação

Os governos locais têm um papel fundamental na conservação da biodiversidade. Uma das estratégias de que dispõem para esta gestão é a criação e gestão de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação. Com o objetivo de fortalecer os governos locais do Brasil, Colômbia, Equador e Peru neste trabalho, a *Deutsche Gesellschaft pelagem internacional Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, Governos Locais para a Sustentabilidade (ICLEI) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), de 2016 a 2022 implementaram o Projeto Regional Áreas Protegidas e outras medidas de conservação baseadas em área no nível dos governos locais (Projeto Áreas Protegidas Locais).

Este documento apresenta as experiências mais representativas do projeto, abrangendo seus processos de implementação mais relevantes, os resultados e impactos gerados, as lições aprendidas e as boas práticas identificadas durante sua execução. O primeiro capítulo apresenta um contexto sobre governos locais, áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação, os antecedentes para os quais o projeto nasceu e a contribuição para os objetivos globais de conservação da biodiversidade. No segundo capítulo, é feita uma recontagem dos objetivos, esquema organizacional e foco do projeto. Posteriormente, são destacados os resultados e impactos da implementação das atividades nos quatro países. O capítulo seguinte apresenta temas emblemáticos com os quais o projeto contribuiu para seu desenvolvimento tanto em nível regional na América Latina quanto em cada um dos países. E, por fim, são feitas reflexões e recomendações para continuar fortalecendo o papel dos governos locais na região e dar maior visibilidade aos benefícios das áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação local.

Em seus anos de execução, os parceiros trabalharam intensamente para posicionar as áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação local<sup>1</sup> como territórios que devem ser fortalecidos, pois contribuem para o alcance da Meta 11 de Aichi para a Biodiversidade do Plano Estratégico de Biodiversidade para 2011-2020, e são relevantes para o marco pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Devido à existência de um número crescente de iniciativas de conservação em países da América Latina e outras regiões do mundo que envolvem diversos modelos de gestão e governança, o projeto também compartilha o que foi superado em termos de desafios na gestão do projeto, que contou com uma equipe composta por diversas organizações que atuavam de diferentes lugares, e cujas ações tinham peculiaridades de país para país, de acordo com cada contexto político, econômico, social e ambiental.

O projeto foi implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, o International Council for Local Environmental Initiatives (Gobiernos Locales por la Sostenibilidad), uma associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável, e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma entidade global não governamental composta por organizações da sociedade e também governos. Em todos os quatro países, os respectivos ministérios do meio ambiente foram os parceiros políticos do projeto: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Minambiente) na Colômbia, o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) no Equador e o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) no Peru.

O projeto foi financiado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa ao Consumidor (BMUV) no âmbito da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI).

---

<sup>1</sup> Neste documento, o termo “outras medidas efetivas de conservação” é geralmente usado para se referir a “outras medidas efetivas de conservação baseadas em área (OMEC)”, que é a terminologia usada na Meta 11 de Biodiversidade de Aichi. Fonte: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Metas de Biodiversidade de Aichi. Disponível em: <https://www.cbd.int/sp/targets/>.

# Contexto

Brasil, Colômbia, Equador e Peru pertencem ao grupo de 17 países cujos territórios concentram cerca de 70% da biodiversidade do planeta e, portanto, são considerados megadiversos<sup>2</sup>. A vontade política dos quatro países de conservar essa biodiversidade é destacada pela ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), bem como pela criação e gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes. Os quatro países conservam entre 16% e 30% de seus territórios terrestres e marinhos sob alguma forma de proteção, predominando as áreas protegidas nacionais.

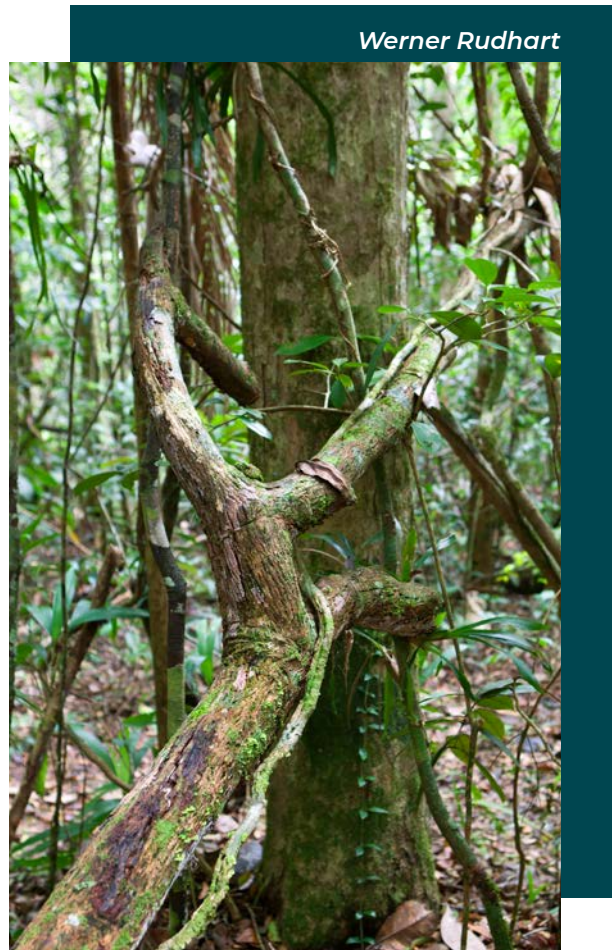
Apesar da predominância das ações dos governos nacionais na criação e gestão de áreas protegidas, a partir da década de 1990 outros atores começaram a ser reconhecidos e envolvidos nesse processo, como governos regionais e locais, sociedade civil e setor privado, enriquecendo a possibilidades de conservação da biodiversidade.

Nos anos anteriores à criação do Projeto Áreas Protegidas Locais, a relevância dos governos locais e o papel que desempenhavam na gestão eficaz das áreas protegidas locais eram pouco discutidos nas discussões internacionais e regionais. Eles foram até pouco considerados internamente em muitos países, pois não foram incluídos de forma muito direta nos marcos legais e institucionais.

Poucos atores no nível nacional responsáveis pela administração de áreas protegidas, ou no nível subnacional mais imediato, deram espaço para os governos locais participarem das decisões de gestão da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos associados localizados nos territórios de suas jurisdições. Uma das explicações, encontrada nas constatações dos primeiros meses de implantação do projeto, sobre essa realidade, foi que havia uma lacuna acentuada nas capacidades técnicas mais especializadas dos atores do governo local em relação a essa gestão. Por isso, esses atores não foram convidados para espaços especializados de discussão técnica, seja em cada um de seus países e muito menos em fóruns internacionais, seja por falta de contatos ou desconhecimento das questões em que poderiam contribuir.



Por outro lado, apesar dos avanços na consideração e efetividade para a conservação das áreas protegidas locais, elas ainda não receberam o necessário reconhecimento legal, ambiental, econômico e social. Entre os principais motivos para isso estavam a falta de capacidade e recursos financeiros limitados, bem como o fato de não haver divulgação de muitas das experiências existentes, por isso eram pouco conhecidas. As iniciativas raramente foram integradas aos processos e estratégias de planejamento do desenvolvimento territorial. Além disso, havia falta de compreensão e conhecimento sobre a importância das áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação para o desenvolvimento local sustentável.



Como parte de sistemas integrais, as áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação criadas e geridas pelos governos locais contribuem para salvaguardar os recursos hídricos, espécies e ecossistemas em risco de extinção, lugares sagrados e espaços para o turismo, além de garantir a preservação dos recursos naturais utilizados pelas populações locais e fornecem os serviços ecossistêmicos necessários para garantir uma boa qualidade de vida aos habitantes. Além disso, contribuem para a conectividade ecológica e, assim, reforçam a capacidade dos ecossistemas de se adaptarem aos efeitos adversos das mudanças climáticas, aumentando sua resiliência e reduzindo sua vulnerabilidade.

<sup>2</sup> Fonte: WorldAtlas. Os 17 países megadiversos do mundo. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/ecologically-megadiverse-countries-of-the-world.html>

## Como nasceu o projeto?

Com base em todos os elementos mencionados acima, propõe-se o Projeto Áreas Protegidas Locais. O projeto nasceu, primeiro capitalizando as discussões internas dos países sobre o papel dos governos locais e como eles participavam da gestão de áreas protegidas ou com alguma questão relacionada à conservação, realizadas principalmente em fóruns nacionais.

Para citar alguns exemplos: no Peru, uma proposta de diretrizes gerais para a gestão de áreas de conservação municipais foi gerada em 2006. No Equador, os governos locais foram oficialmente incluídos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNAP) em 2007 e ratificados na Constituição de 2008 (artigo 405). Na Colômbia, desde 2000, são discutidas estratégias de conservação criadas e geridas por governos locais. A soma dessas discussões internas começou a ecoar entre os países da região e o tema foi levado em 2007 ao II Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação, em Bariloche (Argentina). No nível internacional, as discussões locais sobre conservação também tiveram um

evento próprio pela primeira vez em 2008 na CBD COP 9 em Bonn (Alemanha) e no Congresso Mundial de Conservação da IUCN em Barcelona (Espanha).

Os governos locais são as instituições políticas e administrativas mais descentralizadas de cada país, ou seja, constituem a menor esfera de governo. No Brasil e na Colômbia, são chamados de municípios; no Equador, províncias, municípios e juntas de freguesia; e no Peru, municípios.

Segue abaixo uma linha do tempo desde 2004 com as moções e documentos de trabalho sobre governos locais aprovados ou apresentados em eventos internacionais. E as ações que foram promovidas por diferentes atores da cooperação internacional, organizações governamentais e sociedade civil com interesse em promover a gestão efetiva e equitativa das áreas de conservação em nível local também são apresentadas na linha do tempo. Todas essas atividades se somaram para consolidar a ideia de formular o Projeto Áreas Protegidas Locais.

## Moções e documentos de trabalho em eventos internacionais

### 2004 ●

Congresso Mundial da Natureza da UICN na Tailândia. Solicitação ao Conselho da UICN para estudar e comunicar aos membros métodos com os quais poderiam melhor conectar gestores governamentais locais e regionais. Resolução do Congresso.

### 2008 ●

Congresso Mundial da Natureza da UICN em Barcelona. Resolução 4.037, com um chamado ao reconhecimento da expansão e da consolidação das áreas de conservação municipais.

### 2010 ●

COP CDB Nagoya. "Plano de ação para a biodiversidade para governos subnacionais, cidades e outras autoridades locais" do Convênio.

### 2011 ●

Compromisso de outros atores, grandes grupos e autoridades subnacionais, referenciando os governos subnacionais, as cidades e as outras autoridades locais para a biodiversidade.

### 2012 ●

Congresso Mundial da Natureza em Jeju. Resolução aos Estados e às agências governamentais para reforçar o desenvolvimento das áreas protegidas municipais para o alcance da Meta 11.

COP CDB Índia. Panorama da Biodiversidade nas Cidades - Ações e Políticas Públicas.

### 2016 ●

Congresso Mundial da Natureza da UICN no Havaí. Moção 028. Incorporação das dimensões urbanas.

## Ações promovidas pelos parceiros do projeto

### ● 2007

Oficina "Análise de implementação local de áreas de conservação", realizado durante o II Congresso Latinoamericano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas (Bariloche, Argentina).

### ● 2008

Seminário "Completando os sistemas nacionais de áreas protegidas: Áreas de conservação municipal na América Latina", realizado durante a COP 9/CDB (Bonn, Alemanha).

### ● 2009

Publicação "Áreas de conservação municipal: uma oportunidade para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento local".

Figura 1. Cronograma de eventos e moções relacionadas ao reconhecimento de governos locais em nível internacional

# Contribuições para as metas globais de conservação da biodiversidade

As áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação locais contribuíram fundamentalmente para o alcance da Meta 11 de Biodiversidade de Aichi<sup>3</sup> e dos objetivos de conservação estabelecidos em nível nacional nos quatro países onde o projeto foi implementado.

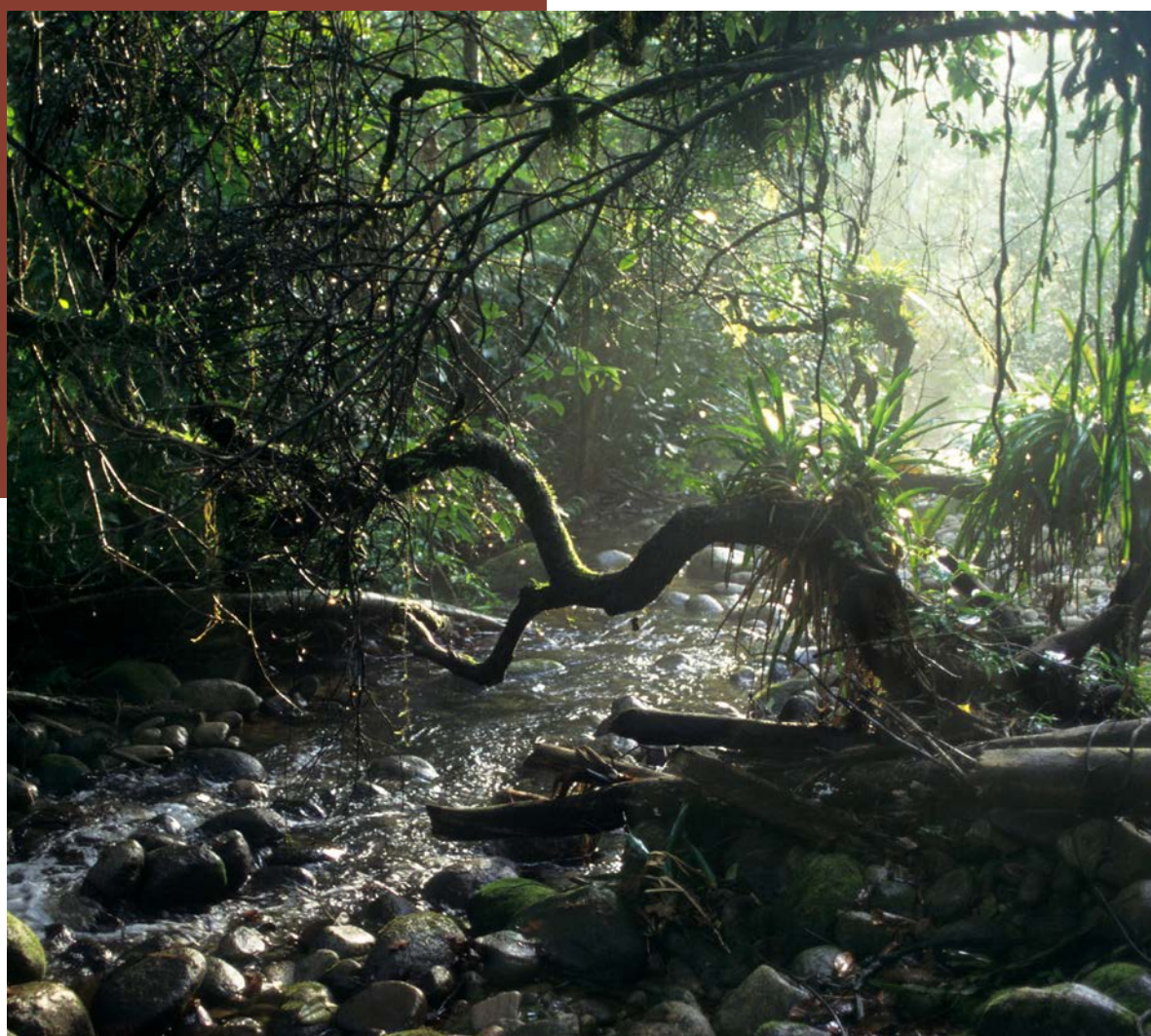
As áreas protegidas têm sido definidas como um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido por meios legais ou outros meios eficazes para alcançar a conservação a longo prazo da natureza, seus serviços ecossistêmicos e seus valores culturais associados (Dudley, 2008). A denominação de áreas protegidas locais é dada às áreas criadas, geridas e geridas pelos governos locais (GIZ, 2010).

Por outro lado, as demais medidas de conservação efetivas foram propostas como uma área geograficamente definida que não é reconhecida como área protegida, que é governada e gerida de forma a alcançar resultados positivos e sustentados a longo prazo para a conservação in situ de a biodiversidade, funções e serviços ecossistêmicos associados; e quando apropriado, valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores localmente relevantes (CDB, 2018).

Além de fornecer importantes serviços ecossistêmicos, essas áreas contribuem para a conectividade e representatividade ecológica, integram mosaicos, promovem maior participação de diversos atores na governança ambiental, aumentam a eficiência e a equidade da conservação, entre outros. Os governos locais, com a gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação, são aliados cruciais na estrutura de biodiversidade pós-2020 da CDB e na meta proposta “30x30”<sup>4</sup>.



O processo de desenvolvimento do quadro global de biodiversidade pós-2020 baseia-se no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e estabelece 21 metas ambiciosas para alcançar uma transformação na relação da sociedade com a biodiversidade e garantir que até 2030, a visão compartilhada de viver em harmonia com a natureza torna-se uma realidade<sup>5</sup>. O objetivo do quadro proposto, entre outros, é promover todos os atores na gestão da biodiversidade, incluindo, de forma especial, os governos locais.



*Werner Rudhart*

<sup>3</sup> <https://www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-ES.pdf>

<sup>4</sup> Esta é uma proposta discutida no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) para o quadro de conservação da biodiversidade pós-2020. A proposta prevê converter 30% do planeta em áreas protegidas até 2030.

<sup>5</sup> A partir de 06/2022, o marco global ainda está em discussão e não foi adotado.



# O projeto e sua abordagem

Em todos os quatro países, no início do projeto em 2016, já existiam áreas protegidas ou outras iniciativas de conservação criadas e geridas por governos locais, mas essa contribuição não era muito visível e relativamente poucos governos locais estavam comprometidos com a proteção da diversidade biológica.

Com base nesse contexto, o objetivo geral do projeto **foi fortalecer as condições dos governos locais para conservar a biodiversidade por meio da gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e outras medidas locais de conservação no Brasil, Colômbia, Equador e Peru.**

Para atingir este objetivo, o projeto foi organizado em três pacotes de trabalho, conforme mostrado abaixo:



Figura 2. Estrutura do Projeto Áreas Protegidas Locais

Embora as áreas protegidas locais sejam frequentemente menores do que as subnacionais ou nacionais, quanto mais os governos locais se envolverem na conservação da biodiversidade, mais pessoas participarão e desfrutarão de

seus benefícios, e mais efeitos de reforço mútuo poderão ser esperados. Um dos impactos pretendidos do projeto era aumentar o número de governos locais que administram áreas protegidas e outras medidas de conservação, em vez de aumentar a área protegida. Portanto, como estratégia de implementação, o projeto baseou-se principalmente nas experiências existentes, em vez de financiar iniciativas piloto, trabalhando em estreita colaboração com os governos locais por meio de suas associações e redes.

O projeto apoiou iniciativas para fortalecer as capacidades, a governança e o papel dos governos locais na estrutura institucional e legal dos quatro países, para que esses governos tivessem mais capacidades e ferramentas para gerenciar efetivamente as áreas protegidas e outras medidas de proteção efetivas. Além disso, o conhecimento acumulado sobre os benefícios e desafios da criação e gestão dessas áreas foi disseminado nos níveis local, subnacional, nacional e internacional. Assim, o trabalho realizado gerou resultados e impactos em todos os níveis locais, nacionais e regionais para cada um dos pacotes de trabalho propostos.

## Estrutura organizacional do projeto

Para a implementação do projeto, foi estabelecida uma parceria estratégica entre GIZ, UICN e ICLEI: três organizações que atuam em diferentes questões na América do Sul, com características particulares e complementares em relação à gestão das áreas e ao escopo do projeto. Essa estrutura organizacional foi um dos fatores de sucesso do projeto para alcançar impactos relevantes.

### Parceiros de Execução

A GIZ<sup>6</sup>, como empresa federal, apoia o governo da República Federal da Alemanha na implementação de seus objetivos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Esta cooperação centra-se na mitigação e adaptação às alterações climáticas e na gestão integral da biodiversidade. Ativa nos quatro países do projeto, a GIZ desempenhou um papel central na liderança do projeto e na ligação com os parceiros políticos a nível nacional.

<sup>6</sup> <https://www.giz.de/en/html/index.html>

UICN<sup>7</sup> é uma organização global sem fins lucrativos que desenvolve ações destinadas a influenciar as sociedades a conservar a natureza, e é composta por mais de 1.400 organizações e cerca de 18.000 cientistas e especialistas. Sendo considerada referência mundial entre as pessoas que trabalham pela conservação, sua participação no projeto contribuiu para o reconhecimento do tema na região, no mundo e entre os principais atores.

O ICLEI<sup>8</sup> caracteriza-se como uma rede global de governos locais pela sustentabilidade, composta por mais de 1.750 governos locais e regionais de mais de 100 países, que atua na mobilização dos governos locais para o alcance das Metas de Aichi. Dada a proximidade e experiência com essa esfera político-administrativa, sua participação no projeto permitiu o diálogo, a articulação e o intercâmbio entre os governos locais.

No decorrer das ações, os parceiros disponibilizaram suas próprias capacidades e recursos e puderam aprender o que poderiam esperar uns dos outros e quais eram seus interesses e contribuições específicas no projeto. As responsabilidades assumidas por cada parceiro refletiram as suas competências técnicas e características organizacionais, conforme detalhado na figura seguinte.

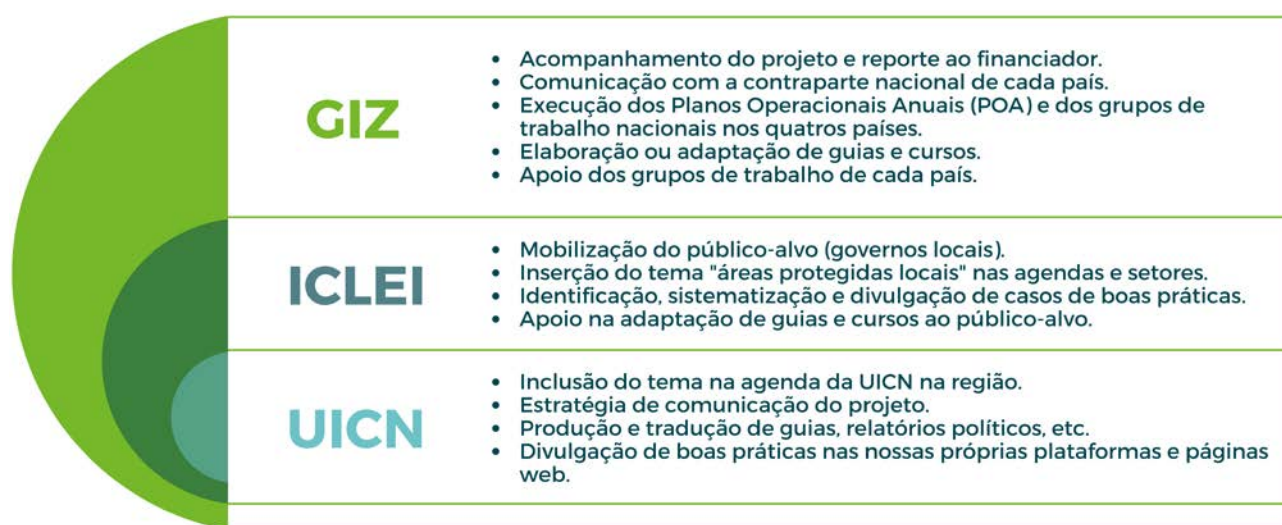


Figura 3 – Divisão de responsabilidades de acordo com as competências técnicas e as características da organização.

Fonte: Elaboração própria.

A coordenação geral do projeto foi realizada pela GIZ Brasil. Em cada um dos países, foram formados **grupos de trabalho interinstitucionais** para acompanhar e assessorar a implementação do projeto e nos quais foram geradas discussões e diretrizes sobre os diferentes temas. Esses grupos foram coordenados pelos **pontos focais da GIZ** que apoiaram a execução das atividades e asseguraram uma comunicação harmoniosa com o respectivo ministério do ambiente e parceiros de implementação.

Uma vez por ano, eram realizadas as **Conferências Regionais**, eram reuniões em que participavam representantes dos quatro países, esses grupos se reuniam pessoalmente (2017, 2018 e 2019) em um dos países e virtualmente em 2020 e 2021 para refletir sobre os temas, discutir o progresso e decidir juntos sobre as atividades do projeto nos níveis nacional, regional e internacional.

Participantes do grupo de trabalho do país, bem como parceiros de implementação do projeto foram:

## BRASIL

Ministério do Meio Ambiente, CB27 e ABEMA (no início do projeto, também ANAMMA e ICMBio).

## COLÔMBIA

Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Parques Nacionais da Colômbia, Associação de Corporações Autônomas Regionais e Desenvolvimento Sustentável (Asocars), Área Metropolitana Valle de Aburrá (AMVA), Federação Colombiana de Municípios e Instituto Alexander de Pesquisa de Recursos Biológicos von Humboldt.

## EQUADOR

Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, Governo Autônomo Descentralizado Provincial de Pichincha, Governo Autônomo Descentralizado Municipal de Limón Indanza, Distrito Metropolitano de Quito, Universidade Técnica Privada Loja e Consórcio de Governos Autônomos Provinciais do Equador (CONGOPE).

## PERU

Ministério do Meio Ambiente (MINAM), Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP), Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA), Natureza e Cultura Internacional (NCI), Governo Regional de Piura, Projeto Eba Mar (GIZ), Município de Vice e Associação para Pesquisa e Desenvolvimento Integral (Aider).

## Impactos

A formação do acordo entre GIZ, ICLEI e UICN levou em consideração a complementaridade de suas características em relação ao escopo do projeto. **No caso do ICLEI, destaca-se sua capacidade de agregação, articulação e diálogo com o público-alvo**, pois conhece muito bem suas demandas e desafios. Por sua vez, **a ação da UICN possibilitou potencializar os impactos do projeto por meio de suas comissões e seus membros**, renomados especialistas na área. Da mesma forma, **a experiência da GIZ em treinamento e cooperação com órgãos governamentais** influenciou positivamente os diálogos em vários níveis e possibilitou a inclusão do tema nos marcos legais e institucionais de cada país. Essa complementaridade entre os parceiros implementadores conferiu ao projeto uma boa **capilaridade e visibilidade**, de modo que se criou um **ambiente institucional e político favorável** para fortalecer as áreas protegidas e outras medidas de conservação **em cada país participante, gerando também impactos em escala regional**. Hoje, as partes interessadas em todos os níveis (federal,

estadual/provincial e local) reconhecem a **expertise técnica** dos três parceiros na área.

Por serem instituições que atuam em vários países, o projeto também gerou **impactos em nível internacional**, ao incluir o tema na agenda de eventos paralelos às Conferências das Partes (COP), no âmbito da CDB, e ao promover a proposta fundar um grupo de trabalho sobre áreas protegidas locais na WCPA, o que aumentaria a visibilidade do tema em escala global e estratégica, além dos capítulos sobre áreas protegidas locais e outras medidas efetivas de conservação na região no relatório **Protect Planet** de 2020<sup>9</sup>.

Na medida em que o ICLEI e a UICN disponibilizaram as melhores práticas locais e outras informações sobre **plataformas de gestão do conhecimento** de acesso aberto ao público, os dois parceiros também assumiram o papel de colaborar com a sustentabilidade dos resultados gerados pelo projeto, que vão além de suas período de desempenho.



## ACESSO ÀS PLATAFORMAS

O site do ICLEI possui uma seção específica sobre áreas protegidas locais, disponível [neste link](#).

Plataforma da IUCN focada no tema na América do Sul, que pode ser acessada [aqui](#).

A implementação do projeto por meio de três instituições, cada uma com diferentes visões e áreas de especialização, mas que juntas conseguiram mobilizar avanços sobre o tema na América Latina, revelou-se um fator de sucesso.

Por meio dos grupos de trabalho foi possível dar diretrizes que facilitaram a implementação conjunta das

atividades do projeto em cada país. Esses espaços entre diferentes atores permitiram fortalecer capacidades, gerar laços de confiança, trocar conhecimentos, desenvolver novas habilidades e reconhecer a expertise de cada membro para contribuir para a gestão eficaz e equitativa de áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes.

## Foco regional do projeto

Os quatro países onde o projeto foi implementado compartilham características semelhantes, pois são países com alta diversidade biológica, redutos de biodiversidade terrestre e marinha de importância global. Todos ratificaram a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), sendo partes influentes nas negociações e tomadas de decisão nessas instâncias. Assim, os quatro países assumiram compromissos políticos com metas e iniciativas internacionais, incluindo o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Biodiversidade de Aichi, como quadro geral, e especifica-

mente a Meta 11 de Aichi e os Planos de Ação para a Biodiversidade Estratégicas e Planos (NBSAPs) . No âmbito da UNFCCC, da mesma forma todas as partes se comprometeram com metas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O projeto foi concebido e implementado nestes quatro países uma vez que, por possuir características comuns, foi possível obter maior valor acrescentado em nível local, regional e internacional, através da troca de experiências e conhecimentos. Devido aos espaços de diálogo que foram oferecidos, avanços nos desenvolvimentos conceituais, normativos e metodológicos foram alcançados de forma mais rápida e eficaz, em muitos casos adaptados às realidades de cada país. No entanto, um dos desafios do Projeto foi garantir que algumas dessas questões fossem incorporadas às instituições do país, como a possibilidade de governos locais declararem áreas protegidas na Colômbia e no Peru.

Muitas das atividades foram orientadas para as necessidades específicas de cada país e, além disso, o projeto ofereceu oportunidades para que outros países se apropriassem do progresso alcançado e das lições aprendidas dos quatro países. Como é o caso de vários países da região, nos múltiplos intercâmbios realizados para capacitar e discutir outras medidas efetivas de conservação, especificamente com a Costa Rica, gerou-se um intercâmbio in loco para aplicação de critérios e contribuições aos diálogos nacionais.

O projeto gerou espaços de diálogo regional para compartilhar aprendizado e boas práticas sobre gestão de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação. A sustentabilidade financeira foi um dos temas discutidos em diversos espaços entre os países para conhecer os mecanismos e incentivos que vêm sendo utilizados para financiar ações de conservação nas áreas.

O intercâmbio entre ministérios sobre marcos legais e institucionais foi um aspecto central na execução do projeto, destacando sua importância e demonstrando que uma certa experiência em um país pode servir de referência para outros países. Como é o caso das diretrizes que foram elaboradas para a criação de áreas protegidas locais, a articulação entre instituições para fortalecer as redes multiplicadoras e a abordagem multinível que permitiu que governos nacionais e locais

se unissem para discutir a gestão das áreas e suas necessidades.

No que diz respeito ao fortalecimento do papel dos governos locais nos quadros jurídicos e institucionais nacionais, foi necessário ter em conta que a estruturação territorial e o grau de centralização/descentralização da administração política são diferentes em cada país, o que afeta diretamente o grau de autonomia e integração desses governos em determinadas políticas públicas. Por isso, a abordagem do projeto em relação aos marcos legais e institucionais teve como foco o nível nacional, considerando a legislação ambiental e territorial de cada país, sempre levando em consideração o marco global da biodiversidade.

Um desafio no fortalecimento institucional foi a frequente troca de ministros do meio ambiente e/ou partes de suas equipes fora dos períodos eleitorais. Cada mudança implicava uma nova abordagem e esforço de diálogo sobre as ações prioritárias, o que, por vezes, levava à reconsideração do que era importante para o respectivo ministério no projeto, com as consequentes mudanças no cronograma de ações planejadas.

A maior parte da capacitação ocorreu por meio de cursos e eventos presenciais e virtuais, como intercâmbios, webinars e workshops nacionais, regionais e internacionais, além de manuais ou guias cujo conteúdo foi baseado na identificação das demandas específicas de cada país, de acordo com seus respectivos contextos políticos, econômicos e culturais. Como resultado, atores nacionais, subnacionais e locais tiveram a oportunidade de participar desses espaços e fortalecer ca-

*Werner Rudhart*



pacidades. Mais de 8.000 pessoas participaram nos diferentes treinamentos, dos quais quase 5.000 se formaram com certificado, a participação de mulheres nos treinamentos foi de 57%.

A abordagem escolhida pelo projeto permitiu que diferentes departamentos dos ministérios do meio ambiente e das instituições e organizações que participaram do projeto lançassem atividades específicas para fortalecer áreas protegidas e outras medidas locais de conservação em seus territórios e, ao mesmo tempo, trocar conhecimentos e experiências entre eles e obter visibilidade das áreas e de sua gestão na América Latina e no mundo.

## Impactos

O fato de o projeto se concentrar em áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação em nível local por meio de uma abordagem regional considerando oportunidades, desafios e questões comuns dos quatro países  **aumentou o tipo e o número de atores envolvidos em uma agenda comum**. Assim, houve um  **aumento da visibilidade e posicionamento do tema** na América Latina, que teve seu ponto chave na  **Declaração de Lima, na III CAPLAC** e com a  **proposta de criação de um grupo de trabalho** sobre áreas protegidas locais na  **WCPA da UICN** e em conferências internacionais sobre biodiversidade realizadas no âmbito da CDB.

Por meio do  **reconhecimento de áreas protegidas e OMEC locais nos respectivos sistemas nacionais**, o projeto contribuiu direta-

mente para o  **alcance da Meta 11 de Aichi**, ampliando os caminhos possíveis para os governos atingi-la ou mesmo superá-la. Em países como Colômbia e Equador, a equipe conseguiu mobilizar governos locais e seus aliados para promover propostas nacionais para o novo marco de conservação da biodiversidade pós-2020. Além disso, o projeto contribuiu para a elaboração de dois capítulos (áreas  **protegidas** locais e OMECs) do  **relatório Protected Planet**<sup>10</sup> para divulgar os esforços dos governos locais para atingir as metas de conservação.

Todas essas ações serviram para transmitir a muitas pessoas dos quatro países e de outros países da América Latina a importância das áreas protegidas locais, bem como o papel dos governos locais na sua criação e gestão.

Louisa Losing



## Foco em municípios e multinível

Desde o início, o projeto buscou a escalabilidade das ações para maximizar os impactos na região como um todo. O projeto investiu em ofertas de capacitação por meio de redes multiplicadoras e na divulgação de experiências já existentes. Essa estrutura permitiu alcançar os representantes dos governos locais e subnacionais em nível estadual/provincial/distrital, bem como o pessoal administrativo e técnico dos ministérios do meio ambiente dos quatro países nos quais as atividades foram realizadas.

### *Impactos*

Nos países, fortaleceram-se as relações com alguns municípios ou governos locais/regionais. Alguns exemplos são:

No **Equador**, o projeto apoiou diretamente os Governos Autônomos Descentralizados de Limón Indanza e o Distrito Metropolitano de Quito para permitir a incorporação de áreas protegidas locais ao Subsistema de Governos Autônomos Descentralizados do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), atualizando seus limites geográficos e documentos técnicos. Também em conjunto com o GAD Pichincha, o projeto apoiou a criação e declaração da Reserva da Biosfera Chocó Andino de Pichincha e, posteriormente, a validação e melhoria do seu modelo de gestão, conforme exigido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).



No **Peru**, apoiou-se o governo provincial de Ayabaca, em Piura, para identificar e sistematizar as experiências de outras medidas locais de conservação. Os resultados foram apresentados no Fórum Nacional de Áreas Naturais Protegidas, que permitiu aos participantes trocar informações sobre iniciativas em outros países da região. Mais recentemente, o projeto apoiou a elaboração da fundamentação e do dossier técnico para a criação da Área de Conservação Ambiental Balcones (ACA), gerida pelo município do distrito de La Brea (Negritos).

Na **Colômbia**, apoiou-se cinco municípios por meio do ciclo de cooperação do planalto meridional do Valle de Aburrá e o município de Belén de los Andaquíes na aplicação dos critérios OMEC, da metodologia SAGE e aplicação da lista verde ao Parque Natural Municipal Andaki.

No **Brasil**, o Programa de Aceleração de Unidades de Conservação visa a promover uma abordagem empresarial e inovadora para a gestão de unidades de conservação municipais e estaduais, a partir de um intenso aprendizado sobre ferramentas de gestão e sustentabilidade financeira. Além disso, visa fortalecer a gestão dessas áreas protegidas e ampliar sua capacidade de conservação da biodiversidade. Dessa forma, o programa visa fortalecer as áreas protegidas participantes para transformá-las em alavancas do desenvolvimento local sustentável de seus territórios de forma equitativa e centrada nas pessoas, contribuindo para a recuperação econômica verde e geração de empregos nas comunidades atendidas.

Através da abordagem adotada tanto em nível regional quanto em nível de governos locais, foi possível articular uma série de atores diferentes (locais, subnacionais, nacionais, internacionais) e de natureza diversa (órgãos governamentais, Organizações Não Governamentais - ONGs, centros de pesquisa e agências de cooperação internacional).

Esta abordagem multinível foi bem-sucedida graças aos seguintes elementos:

I

A participação de instituições e atores de governos nacionais, subnacionais e locais e entidades da sociedade civil organizada em grupos de trabalho e conferências regionais. A digitalização e o formato virtual de alguns eventos abriram muito mais espaço para a participação de mais atores em nível local.

II

O fortalecimento das estruturas/redes multiplicadoras em cada país e da rede regional para a realização de atividades formativas, através das quais se pretendia ganhar escala, que em alguns países incluiu associações com escolas nacionais de administração pública, associações nacionais de governos locais e ONGs.

III

Os diversos produtos de conhecimento produzidos, em especial aqueles que possibilitaram a mobilização das esferas governamentais em todos os níveis.

IV

Os espaços de diálogo criados para promover discussões entre governos locais e ministérios nos países e entre eles.

V

O trabalho de assessoria realizado, que promoveu a integração ou incorporação do tema nas políticas e sistemas nacionais de áreas protegidas nos quatro países em que o trabalho foi realizado.

Alguns aspectos que foram fundamentais na aproximação com os municípios e que deixam algumas reflexões são:

- As eleições municipais, que são realizadas a cada quatro anos (a cada cinco no Peru), são um desafio quando se trabalha com um governo local. Com a possível mudança de gestão, o grau

de prioridade dado à questão da conservação da biodiversidade também pode mudar. Portanto, a colaboração com associações nacionais e redes de governos locais é importante, pois ajuda a superar os possíveis transtornos causados pelas eleições e pode gerar e promover ferramentas para a capacitação de novos representantes.

- O fato de o projeto não ter lançado iniciativas piloto contribuiu para melhorar as experiências existentes.
- Quando a cooperação foi estabelecida em nível local, o efeito foi positivo, aproximando consideravelmente os atores locais do projeto.
- A abordagem multinível aumentou a complexidade do projeto, dado o acesso desigual à informação e as diferentes perspectivas dos atores em todos os níveis. No entanto, foi justamente essa estratégia que possibilitou o trabalho conjunto dos atores-chave e a disseminação de novos conhecimentos de forma horizontal ou *bottom-up learning*, o que possibilitou a geração dos impactos desejados.
- A disposição dos governos nacionais de falar sobre o papel dos governos locais na gestão de suas áreas protegidas e sua contribuição para alcançar as metas de conservação da biodiversidade é uma pré-condição importante para o trabalho da abordagem multinível.

Um aspecto fundamental do projeto foi a divulgação e divulgação do papel dos governos locais e áreas protegidas e outras medidas de conservação; Com o apoio do projeto e participação, experiências e resultados foram compartilhados em eventos em cada país, em nível regional, como o III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe em Lima, Peru em 2019, e internacionalmente, como como o Congresso Mundial de Conservação em Marselha, França, em 2021. Muitos governos locais de outros países da região estavam interessados nos resultados do projeto. As últimas conferências regionais (2020 e 2021), realizadas virtualmente, foram uma oportunidade de maior divulgação dos resultados, aproximadamente 13 países ligados a esses espaços, o que contribuiu para o ganho de escala.

# Resultados do projeto

## Aumentar o número de governos locais cujas áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas são reconhecidas

Entre 2017 e dezembro de 2021, o número de governos locais cujas áreas protegidas e outras medidas de conservação foram reconhecidas nacionalmente aumentou constantemente em todos os quatro países. Em 2017 havia um total de 222 governos locais gerenciando áreas locais e OMECs nos quatro países. Este número aumentou com 175 governos locais (78%) chegando a 397 governos locais em dezembro de 2021. O gráfico abaixo (Figura 4) mostra o aumento do número por país de 2017 a dezembro de 2021.

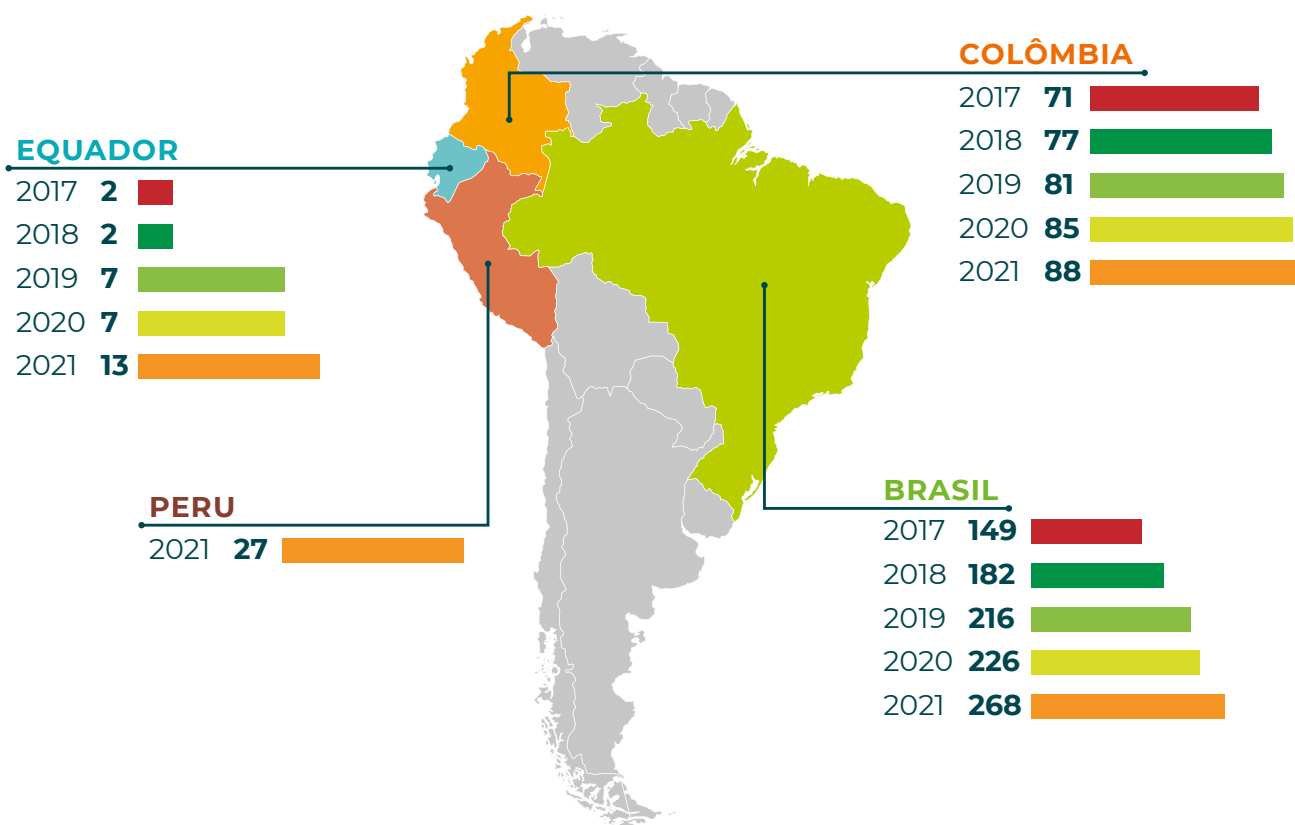


Figura 4. Número de governos locais cujas áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas são reconhecidas de 2017 a 2021.



## Impactos

O aumento mostra a crescente importância dos governos locais para a conservação da biodiversidade pela criação de áreas protegidas e outras medidas de conservação em todos os quatro países.

## Fortalecimento do papel dos governos locais nas estruturas institucional e jurídica por país

Os resultados de assessoria e advocacy foram emblemáticos por terem permitido a conexão das demandas dos governos locais com instrumentos legais e institucionais em nível nacional. A equipe forneceu inúmeros insumos, com importantes contribuições de grupos de trabalho nacionais, o que levou a uma maior consideração das áreas protegidas e outras medidas de conservação efetivas na legislação federal ou nacional relacionada, como demonstrado na figura abaixo.



Figura 5 – Consideração das áreas protegidas locais na legislação ambiental de cada um dos países.

Fonte: Elaboração própria.

No **Brasil**, o SNUC, em vigor desde 2000, abrange unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal (local), tanto públicas quanto privadas. No entanto, muitos governos locais não sabem como se registrar no CNUC. O MMA, por sua vez, enfrenta dificuldades para trabalhar sistematicamente com todos os níveis do cadastro (federal, estadual e municipal), dada a existência de mais de cinco mil municípios no país.

No âmbito do projeto, foi reeditado um guia elaborado pelo ministério para auxiliar os municípios neste sentido, intitulado **Roteiro para Criação de Unidades de Conservação Municipais**, que inclui o passo-a-passo e modelos necessários para a criação de UCs nesta esfera de governo.

Por intermédio do ICLEI, o projeto também apoiou diretamente 11 órgãos de administração municipal a se cadastrar no CNUC. Este apoio destacou uma série de desafios, que vão desde a divulgação do SNUC e do CNUC aos governos locais, à reestruturação organizacional, até a adaptação aos impactos das mudanças no ambiente político-eleitoral.

No total, desde o início das ações até dezembro de 2021, mais de 112 UCs municipais brasileiras foram registradas na CNUC, correspondendo a um aumento de 2.325 km<sup>2</sup>, totalizando uma área de 62.820 km<sup>2</sup> em 2021. O projeto apoiou este processo indiretamente, dando visibilidade à importância do registro das UCs municipais no CNUC e do treinamento de atores-chave para promovê-lo. Além disso, as instituições parceiras do projeto mapearam mais de duas mil UCs locais não registradas, portanto o projeto continua a contribuir indiretamente para aumentar o número de registros.

No **Equador**, o SNAP abrange áreas protegidas estaduais, locais, privadas e comunitárias. Em 2017, no início do projeto, apenas duas áreas haviam sido registradas. Em dezembro de 2021, seis áreas de treze GADs haviam sido registradas no SNAP, três das quais receberam apoio ao projeto. Juntos, eles cobrem uma área de 204 km<sup>2</sup>. As áreas comunitárias têm sistemas de governança diferentes, mas passaram a ser reconhecidas pelo SNAP. A cultura de descentralização/deconcentração política do país tem efeitos favoráveis sobre a conservação da biodiversidade.

No **Peru**, o Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE) não reconhece as áreas protegidas criadas pelos governos locais. Entretanto, foram introduzidos os chamados Sistemas Regionais de Conservação (SRC), que atribuem um papel importante aos governos regionais e locais no manejo de áreas protegidas locais. Através do projeto, o MINAM por meio da plataforma de Iniciativas de Conservação e Manejo registrou 78 iniciativas, das quais 27 são gerenciadas localmente. ([Link](#)).

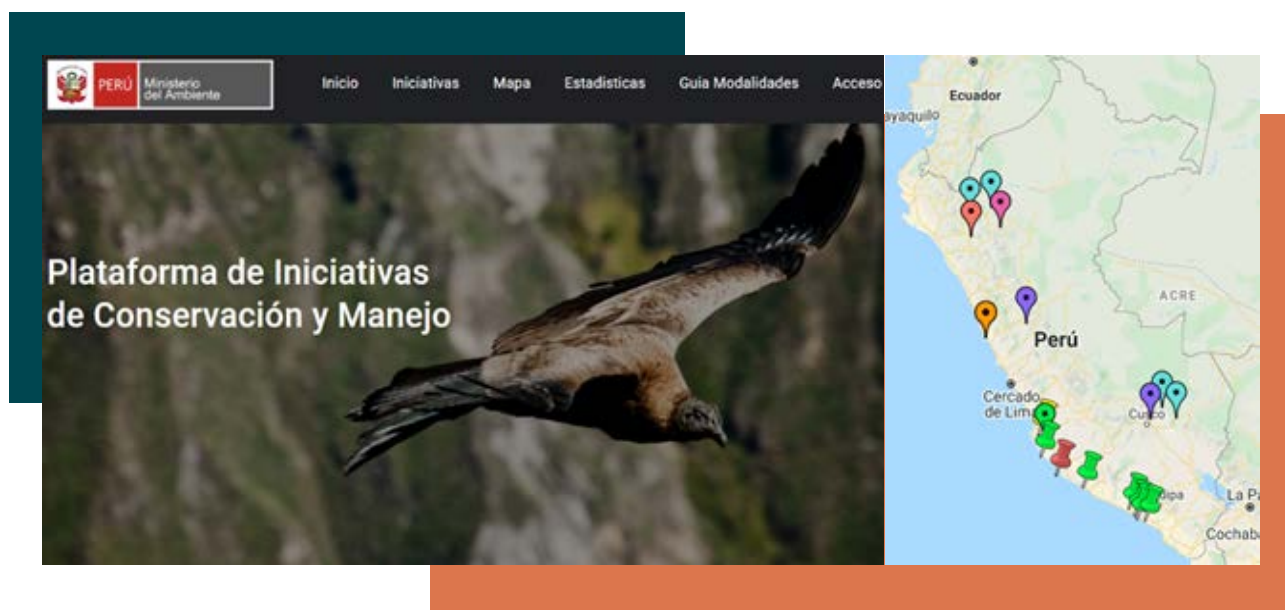


Figura 6 – Registro e mapeamento das iniciativas locais de conservação da biodiversidade no Peru.

Fonte: Elaboração própria.

Antes do mapeamento, o projeto criou o **[Guia de Modalidades de Conservação da Biodiversidade fora das Áreas Naturais Protegidas](#)**, que serviu de base para o registro. O guia considera 20 modalidades de conservação in loco, incluindo categorias de uso de recursos naturais que não têm como objetivo principal a conservação da biodiversidade, mas que podem contribuir para ela sob certas condições.

Na **Colômbia**, o SINAP não inclui a categoria de áreas protegidas que são gerenciadas e administradas pelos governos locais. O projeto gerou uma proposta técnica sobre categorias de áreas protegidas locais

para propor uma nova política para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, bem como contribuições para consolidar informações sobre os sistemas municipais de áreas protegidas do país e outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas.

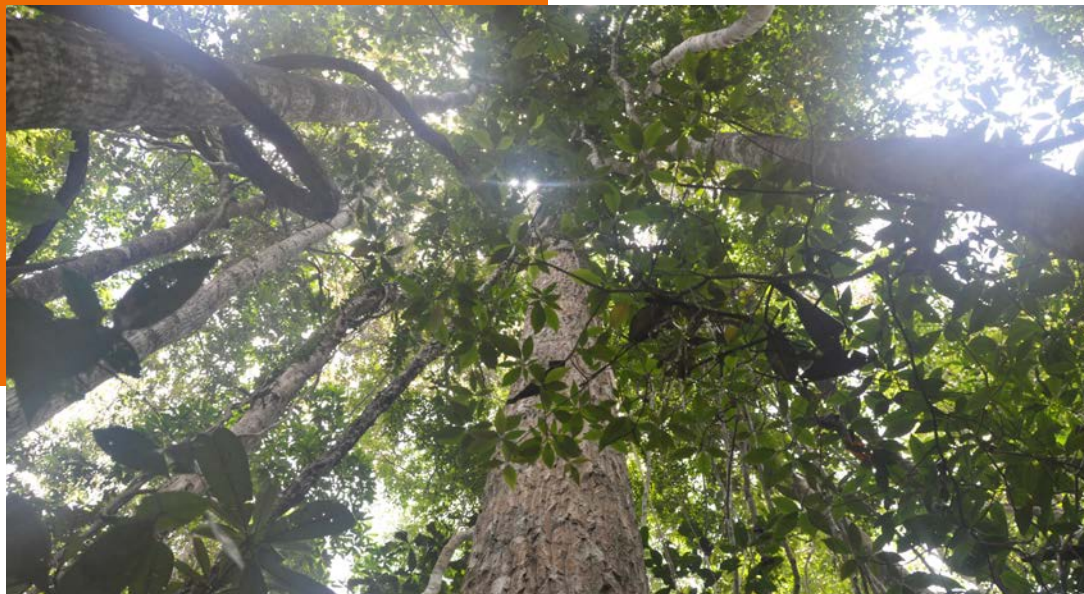
## *Impactos*

Dar visibilidade às áreas protegidas e outras medidas de conservação locais **preenche uma lacuna importante**: sua inclusão nos sistemas nacionais, mediante mapeamento ou registro, tem o efeito de reconhecê-las em todos os níveis de governo, **permitindo que os atores locais tenham acesso aos benefícios que proporcionam** e reforçando sua articulação. Esta visibilidade também contribui diretamente para o **reconhecimento do papel dos governos locais nas estruturas legais ou institucionais** em nível nacional e, indiretamente, para a melhoria das condições dos governos locais para a conservação da biodiversidade. Ela também **contribui para a elaboração de relatórios nacionais sobre o cumprimento das metas globais de biodiversidade, incluindo a Meta Aichi 11**.

Os desafios no acesso aos governos locais são grandes. A articulação e o trabalho conjunto com associações de governos locais nacionais ou outros órgãos governamentais locais contribuíram positivamente para a comunicação e o alcance necessários aos representantes dos governos locais. Nesse processo, foi importante incorporar a percepção das autoridades ambientais, que é mais ampla, e isto se refletiu na implementação de políticas públicas para áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação local.

Todas essas ações contribuíram para a consideração dos inventários de áreas protegidas e OMECs nos países e se propõe que a compilação dessas informações seja um tema a ser trabalhado nos próximos anos.





## Fortalecimento das redes e das instituições multiplicadoras

A fim de tornar o projeto mais escalável e sustentável, foi adotada uma estratégia de parcerias com entidades que pudessem multiplicar o conteúdo e os materiais. No início do projeto, o espectro de parcerias potenciais era amplo, incluindo agências governamentais em todos os níveis e organizações acadêmicas e da sociedade civil, bem como alguns atores do setor privado. Ao longo dos anos, as parcerias foram consolidadas, mas em nenhum país houve um envolvimento significativo do setor privado.

Com base neste cenário em cada país, o projeto fortaleceu diferentes redes e instituições para se tornar estruturas multiplicadoras que podem oferecer regularmente assistência técnica aos governos locais na gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes. As redes multiplicadoras são instituições que trabalham com os governos locais ou são associações de municípios. Uma grande parte das ações do projeto foi orientada para trabalhar com essas redes a fim de serem embaixadores para a divulgação dos temas-chave do projeto em seus respectivos países (incluindo governos locais e sub-nacionais, e também em nível internacional).

## Impactos

As redes multiplicadoras que foram fortalecidas por país e outras organizações e instituições que estiveram envolvidas na implementação do projeto são apresentadas a seguir, ver figura 7:

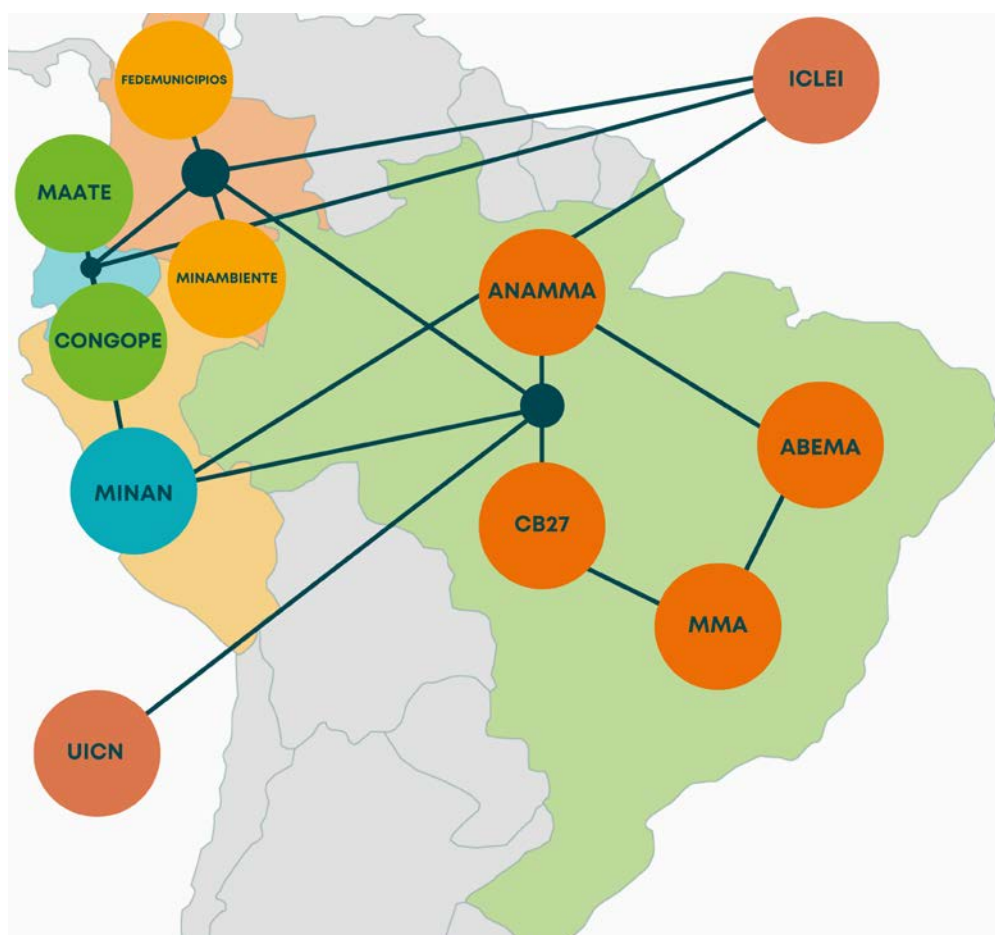


Figura 7. Redes multiplicadoras fortalecidas no âmbito do Projeto

No **Brasil**, a rede multiplicadora é o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade). Também foram feitos esforços para coordenar e trabalhar em conjunto com a Associação Nacional de Organizações Ambientais Municipais (ANAMMA) e a Associação Brasileira de Entidades Ambientais Estaduais (ABEMA). Por meio da interlocução do ICLEI, o projeto se aproximou do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27, que ampliou o escopo de intervenção. Todas estas redes participaram do grupo de trabalho nacional, o que facilitou seu alinhamento. Houve também colaborações específicas com ONGs,

como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Fundação SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy (TNC), e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

- Na **Colômbia**, a rede multiplicadora é a Federação Colombiana de Municípios (Fedemunicipios), com a qual havia uma estreita relação. Além das organizações do grupo de trabalho, houve colaboração com a Asociación Red Colombiana de Reservas Naturales de la Sociedad Civil (Resnatur), o que facilitou a interação com os governos locais e a sociedade civil organizada. Além das alianças com instituições de pesquisa, como o Instituto Humboldt, ou ONGs, como a Fundación Natura, as parcerias foram fundamentais para o avanço de questões como a equidade e outras medidas de conservação local eficazes. Através da Escuela Superior de Administración Pública (ESAP), o projeto aumentou significativamente o escopo do treinamento.
- No **Equador**, as alianças assinadas com alguns governos locais e GADs foram fundamentais, especialmente com o Consórcio de Governos Provinciais Autônomos do Equador (CONGOPE), que é a rede multiplicadora para o país. A interação com outros projetos de cooperação técnica e financeira alemã também proporcionou boas sinergias. Com o mundo acadêmico, as ONGs (Conservação Internacional; Conservação e Natureza Internacional) existe até mesmo um memorando de entendimento.
- No **Peru**, a instituição multiplicadora é o MINAM. Várias ONGs assumiram o papel desempenhado em outros países por associações nacionais de governos locais. Estes incluem a Natureza e Cultura Internacional (NCI), Asociación para la Investigación y Desarrollo Integral (AIDER) e Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA). Essas organizações faziam parte do grupo de trabalho do projeto. O relacionamento direto com os governos regionais e locais se deu principalmente durante as sessões de treinamento. A colaboração com o Serviço Nacional de Silvicultura e Vida Selvagem (SERFOR) também foi muito estreita.

Um dos desafios a ser levado em conta é que os municípios não são reconhecidos como multiplicadores, e pode ser feito trabalho para envolver e treinar os municípios a assumirem este papel também.

Em nível regional, tanto o ICLEI quanto a UICN atuaram como redes multiplicadoras e ofereceram vários intercâmbios de experiências e treinamento em questões transversais relacionadas à gestão de áreas protegidas e conservadas. Para se fortalecer como uma estrutura multiplicadora e oferecer assistência técnica mais especializada, o ICLEI criou a Sub-Rede Temática de Áreas Protegidas Locais em junho de 2020. A iniciativa está aberta a governos subnacionais comprometidos e/ou interessados em questões de biodiversidade, com foco em áreas protegidas locais e outras medidas de conservação eficazes. Além disso, fornece ferramentas a seus membros para analisar a gestão de áreas protegidas, entre outras questões. E a UICN propôs a criação de um grupo de trabalho local de áreas protegidas dentro da WCPA para discutir questões de interesse e desafios na região.

## Fortalecimento e desenvolvimento das capacidades locais

Ao longo de sua implementação, o projeto fortaleceu capacidades, que foi o foco de seu primeiro pacote de trabalho. Considerando a dimensão regional de sua implementação, com um total de 8.726 municípios nos quatro países participantes, foi necessário encontrar uma estratégia que pudesse alcançar uma boa representatividade e também assegurar a participação de grande parte dos representantes do governo local e ganhar escala.

Como resultado do esforço de capacitação, o **projeto treinou 4846 pessoas e realizou 27 eventos de intercâmbio** sobre temas relacionados à gestão municipal de áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas até o início de 2022. **Entre manuais, guias e folhetos, foram produzidos mais de 50 produtos de conhecimento.**



# Desenvolvimento de Capacidades

O desenvolvimento de capacidades é um processo pelo qual indivíduos, organizações e sociedades como um todo liberam, fortalecem, constroem, adaptam e mantêm capacidades ao longo do tempo, realinhando-as continuamente em resposta às mudanças das condições.

*Fonte: GIZ. Apoio ao Desenvolvimento de Capacidade: Um Quadro Orientador para Praticantes. Disponível em: <https://www.giz.de/en/downloads/giz2018-en-orientierungsrahmen-capacity-development.pdf>*

Desde o início da implementação da capacitação, foram realizados estudos para identificar as demandas e necessidades das partes interessadas e para construir uma linha de base para a ação nos quatro países. Como resultado, descobriu-se que cada país estava em um estágio diferente na criação e gestão de áreas protegidas locais e outras medidas efetivas de conservação. O projeto começou então a trabalhar com focos de intervenção específicos do país, mas sempre ligados ao objetivo e aos indicadores definidos. Na estrutura conceitual de capacitação que foi posteriormente desenvolvida, as medidas foram vinculadas aos pontos focais identificados para cada contexto.

## EXEMPLO – COLÔMBIA

O Plano de Desenvolvimento de Capacidades da Colômbia detalha os passos seguidos desde o diagnóstico inicial até sua construção, usando como referência metodológica o modelo de gestão GIZ chamado Capacity Works. De acordo com este modelo, o desenvolvimento de capacidades opera em quatro dimensões (“individual”, “organização”, “redes e cooperação” e “condições jurídico-políticas”), que devem ser concebidas como um processo integral e englobar um conjunto de competências individuais e coletivas.

O principal público-alvo foi identificado como representantes dos governos locais e outras organizações ou instituições responsáveis pela gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais eficazes: gerentes e técnicos das secretarias ambientais dos municípios ou órgãos equivalentes em nível provincial ou distrital.

Os principais recursos utilizados para a capacitação foram:

- I redes e estruturas multiplicadoras
- II módulos de treinamento online ou presencial sobre tópicos relevantes relacionados ao manejo de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais
- III intercâmbios para compartilhar experiências e lições aprendidas entre os governos locais a fim de promover o aprendizado mútuo.

Para aumentar a eficácia da estratégia proposta, foi dada prioridade, sempre que possível, ao uso das estruturas, ferramentas e materiais de treinamento disponibilizados pelos parceiros e instituições dos grupos de trabalho. Ao longo do projeto, foram promovidos cursos existentes desenvolvidos por outras entidades sobre questões ambientais para os municípios e novos cursos foram desenvolvidos. Desde o início, o projeto contava com treinamento à distância (on-line).

As questões técnicas relacionadas às plataformas virtuais também foram levadas em consideração e levaram algum tempo para serem compreendidas e resolvidas. Em vários países, a rotatividade de pessoal e as mudanças na orientação dos ministérios tiveram um impacto na definição dos tópicos dos cursos de treinamento a serem oferecidos, o que, em alguns casos, atrasou sua formulação e implementação.

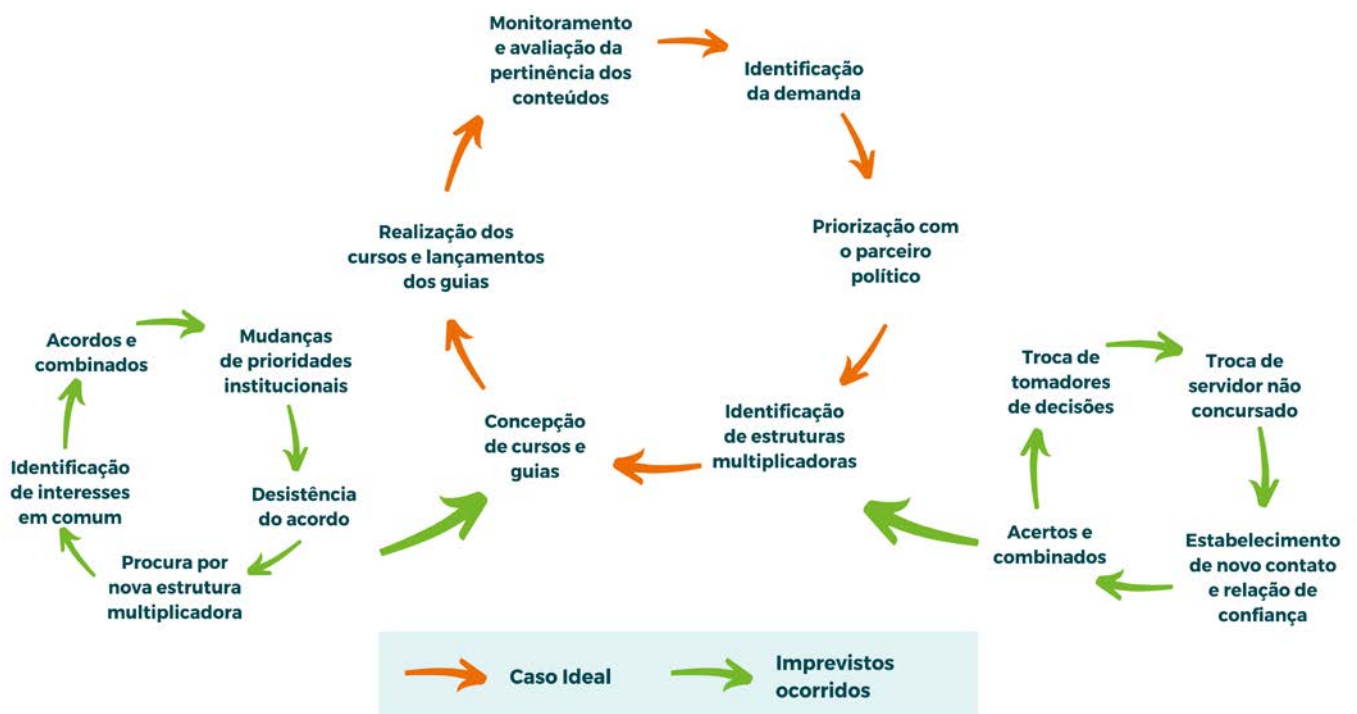


Figura 8 – Processo de elaboração e oferta de cursos de formação: planejamento e imprevistos.

Fonte: Elaboração própria.

## Cursos adaptados ou desenvolvidos integralmente pelo projeto

### REGIONAL:

Integração de serviços ecossistêmicos (IES) **na gestão territorial com foco em áreas protegidas e outras medidas de conservação locais.**

Objetivo: promover o entendimento entre os gestores e técnicos locais de áreas protegidas sobre quais serviços ecossistêmicos são prestados pelas áreas de conservação em nível local, quem eles beneficiam, como integrá-los nos processos de planejamento e uso da terra e como comunicar esses benefícios à sociedade (mais detalhes mais adiante nesta seção).

### BRASIL:

Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento Gerencial (**SAMGe**)

Objetivo: divulgar o SAMGe e fornecer orientações sobre como preencher corretamente a ferramenta, bem como mostrar a importância da análise dos resultados e planejamento das UCs, a fim de apoiar a melhoria de seus processos de gestão e resultados de conservação. SAMGe é a ferramenta oficial para a análise e monitoramento da gestão federal da UC e está sendo gradualmente aplicada também em níveis estaduais e municipais, para incluir todo o SNUC.

## COLÔMBIA:

### 1. [Ferramentas para a conservação da biodiversidade nos municípios colombianos.](#)

Objetivo: conscientizar e disseminar algumas ferramentas para a gestão de áreas protegidas locais aos representantes dos governos municipais.

2. Conservação da biodiversidade em nível municipal: ferramentas econômicas, financeiras e de gestão da terra.

Objetivo: fortalecer as capacidades dos participantes na identificação e seleção de instrumentos econômicos, financeiros e de gestão de terras para sua aplicação em ações de conservação da biodiversidade.

Link para os [cursos](#) no site da Fedemunicipios.

## EQUADOR:

Treinamento em áreas protegidas e outras medidas de conservação locais

Objetivo: fortalecer o conhecimento dos governos locais provinciais e municipais considerando cinco áreas de aprendizagem:

- 1) Legislação e regulamentos ambientais;
- 2) Gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais;
- 3) Mecanismos de sustentabilidade financeira;
- 4) Integração de serviços ecossistêmicos;
- 5) Comunicação estratégica.

## PERU:

Gerenciamento da conservação e uso sustentável da biodiversidade com ênfase em ecossistemas e espécies ([Link](#))

Objetivo: promover o entendimento e a aplicação de abordagens para a gestão sustentável da biodiversidade, fortalecendo as capacidades dos funcionários nas administrações regionais e locais.

As ações de capacitação também incluíram intercâmbios, especialmente aqueles focados em outras medidas efetivas de conservação locais (ver seção sobre OMEC). Além disso, o projeto gerou uma série de produtos de conhecimento, tais como livros, manuais e cartilhas, destinados a expandir a base de informação existente para a consolidação e disseminação de conceitos e facilitar processos que levem à criação e ao gerenciamento efetivo de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais.



## Acceso a los productos del conocimiento

Os roteiros, guias, manuais e folhetos produzidos com o apoio do projeto estão disponíveis [neste link](#) (ICLEI) e [neste link](#) (UICN) e [neste outro](#) (GIZ).

### Curso de Integração de Serviços Ecosistêmicos (IES) na gestão territorial com foco em áreas protegidas e outras medidas de conservação locais.

Por consenso, foi decidido disseminar a integração do valor dos serviços ecosistêmicos nos processos de planejamento, gestão e comunicação estratégica das áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação locais. Portanto, um curso virtual sobre o assunto foi desenvolvido nos quatro países. Para gestores, tomadores de decisão, planejadores de desenvolvimento e profissionais, a compreensão dessa questão pode orientar políticas ou outras medidas para ajudar a manter estes serviços.

**Os serviços dos ecossistemas são caracterizados como serviços prestados por ecossistemas que beneficiam as pessoas (ou simplesmente como “benefícios da natureza”). Eles são classificados como:**

- Serviços de abastecimento (alimentos, matérias-primas, água, recursos medicinais, etc.).
- Serviços de regulamentação (polinização, controle de eventos extremos, sequêstro e armazenamento de carbono, tratamento de águas residuais, etc.).
- Serviços culturais (espaços recreativos, apreciação estética e inspiração para a arte e design, benefícios para a manutenção da saúde mental e física das pessoas, etc.).
- Serviços de apoio (apoio ou habitats para espécies, manutenção da diversidade genética).

O curso de educação à distância sobre Integração de Serviços Ecosistêmicos (IES), correspondente à chamada abordagem ISE, foi o resultado da adaptação de um curso pré-existente, desenvolvido e implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, o *Centro Helmholtz para Pesquisa Ambiental (UFZ)* e o *Fundo Estratégico de Conservação (CSF)*, no âmbito do projeto global ValuES, em mais de 16 países.

A adaptação inicial do curso foi realizada no Brasil e envolveu as seguintes etapas:

I

Juntamente com o DAP/MMA, o conceito e o conteúdo técnico foram preparados para servir como base para o desenvolvimento do curso on-line.

II

O material foi contextualizado com uma seleção de casos locais referentes a ações tomadas para aplicar a abordagem ISE nos processos de planejamento.

III

Uma empresa foi contratada com uma equipe multidisciplinar com experiência no desenvolvimento de conteúdo digital e na gestão de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (EVA). No total, foram produzidos materiais correspondentes a aproximadamente 35 horas de aula.

Equador, Peru e Colômbia adaptaram o curso brasileiro, fazendo os ajustes necessários aos seus contextos. Esse processo levou mais tempo do que o esperado devido ao desafio de identificar casos concretos que poderiam servir de exemplo em cada país. Os casos apresentados foram baseados em exemplos reais e complementados com elementos adicionais para demonstrar como as etapas da abordagem ISE se aplicam a uma área protegida local e seus respectivos serviços ecossistêmicos.

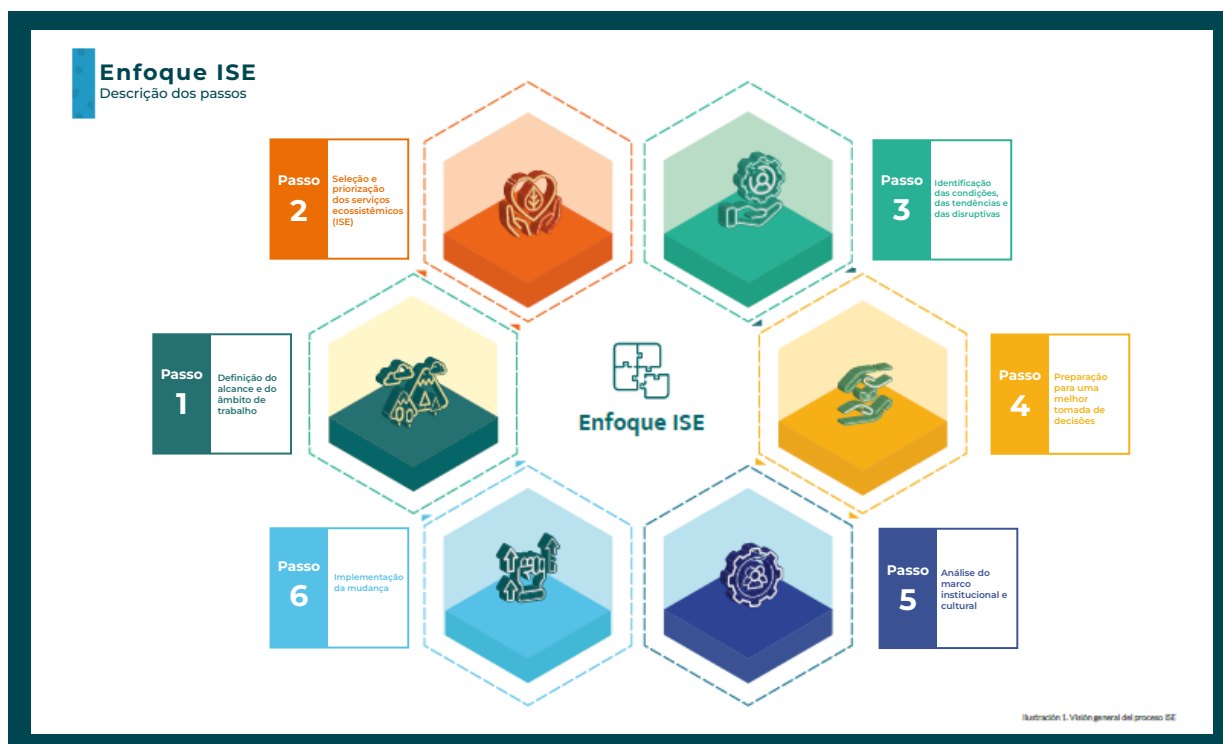


Figura 9 – Os seis passos da abordagem ISE.

Fonte: adaptado do curso *Integrando serviços ecossistêmicos no planejamento do desenvolvimento (curso Colômbia)* - introdução à abordagem passo a passo ISE, realizada no âmbito do projeto ValuES.

Em todos os quatro países, o curso foi integrado às plataformas de aprendizagem das respectivas redes multiplicadoras. A tabela a seguir mostra qual instituição sediou o curso em cada país.

País	Brasil	Colômbia	Equador	Peru
<b>Plataforma:</b>	Ipê (Instituto de Pesquisas Ecológicas)	Escuela Superior de Administración Pública – ESAP	Consortio de Gobiernos Autónomos Provinciales del Ecuador - CONGOPE	<a href="#">Educativa Aprende – MINAM</a>
<b>Divulgação:</b>	ICLEI ANAMMA	Federación Colombiana de Municipios - <a href="#">Fedemunicipios</a>	Divulgação: Aula Verde	

Tabela 1: Instituição que oferece o curso do ISE em cada país

Além disso, um processo de treinamento para 25 instrutores do curso ISE dos quatro países liderado pelo ICLEI foi realizado em 2021 para garantir a replicação e a sustentabilidade do curso.

## *Impactos*

Muitos dos tópicos sobre áreas protegidas já eram oferecidos de forma geral por diferentes organizações, porém, de acordo com a pesquisa, o Projeto Áreas Protegidas Locais foi o primeiro a projetar os cursos com foco nos governos locais. Os tópicos oferecidos nas medidas de treinamento responderam às exigências de cada país.

Os efeitos dessas ações estão relacionados ao objetivo principal do projeto, pois a capacitação contribui diretamente para **melhorar as condições de conservação da biodiversidade pelos governos locais** por meio da gestão efetiva e equitativa das áreas protegidas locais. Por exemplo, questões como a incorporação de áreas protegidas locais e outras medidas de conservação foram consideradas no **planejamento urbano (Planos Diretores)**.

A educação virtual foi uma ferramenta chave para alcançar muito mais atores e permitir-lhes um processo de auto-formação. Portanto, os cursos foram concebidos em sua maioria de forma virtual, mas este aspecto foi um desafio que não foi completamente resolvido, devido à disponibilidade de tempo das pessoas para fazer os cursos, conexão à Internet e interesse pelos tópicos. Como apoio, ter redes multiplicadoras - como o ICLEI - para a divulgação e promoção dos cursos é de fundamental importância para alcançar mais pessoas.

Os argumentos fornecidos pela abordagem do ISE podem ser muito úteis para mostrar o valor e os benefícios das áreas protegidas locais para a população local e para a sociedade em geral. O processo de adaptação do curso do ISE poderia ter se concentrado mais nos contextos e instrumentos políticos. Os casos locais poderiam ter sido integrados ao programa do curso sem a necessidade de adaptar todo o conteúdo aos diferentes contextos nacionais. O tempo economizado teria trazido vantagens na medição dos resultados e impactos do curso.

O projeto subestimou o tempo destinado para digitalizar o curso e conduzir uma aula piloto no Brasil, e o processo foi concluído alguns meses depois do planejado. Parte deste atraso foi devido ao grande número de modificações adicionais solicitadas após a aprovação do material de origem do curso. Recomenda-se que esta digitalização ocorra somente após o material teórico ter sido totalmente finalizado.

O foco dos treinamentos nos governos locais é destacado, na região há muitas ofertas de treinamento especialmente em áreas protegidas, porém, não com um foco local, as pessoas que participaram destes espaços de treinamento destacaram esse foco. Além disso, a identificação das necessidades de treinamento e a escolha para atender às demandas de cada país foi correta.

O uso de cursos e materiais existentes facilitou a implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades. No entanto, os cursos tiveram que ser adaptados de acordo com seu conteúdo e idioma ao principal público alvo. A fim de gerar estabilidade em um projeto com parceiros por natureza sujeitos a processos políticos, é aconselhável colaborar com atores que, por sua própria missão, se concentrem na capacitação, tais como associações nacionais de governos locais ou instituições de educação formal e não formal nos países.

Em relação ao fortalecimento dos atores locais, os resultados são mais satisfatórios quando o papel dos governos estaduais ou distritais e do governo federal é limitado ao treinamento, monitoramento e apoio aos governos locais. Os treinamentos também tiveram outros resultados além daqueles esperados, tais como a melhoria das habilidades individuais, com a multiplicação de ferramentas e metodologias de moderação participativa.



# Visibilidade e divulgação do papel dos governos locais e dos benefícios das áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação.

## *Visibilidade de experiências locais*

Quando o projeto começou, em 2016, a governança local e a gestão de áreas protegidas foram pouco discutidas na América do Sul. Destacar sua importância entre as principais partes interessadas foi, portanto, uma tarefa fundamental.

Para sensibilizar as partes interessadas, foi adotada uma estratégia de divulgação de histórias de sucesso (ou boas práticas) na gestão dessas áreas em cada um dos quatro países através da plataforma PANORAMA (UICN) e dos canais institucionais do ICLEI na América do Sul. Com base em uma abordagem técnico-científica, foram desenvolvidos produtos de comunicação para:

I

informar e conscientizar sobre a importância da gestão de áreas protegidas e outras medidas locais de conservação para a conservação da biodiversidade e

II

traduzir o conhecimento técnico-científico desenvolvido no âmbito do projeto em conteúdo fácil de ler e entender.

Os seguintes produtos de sistematização de experiência foram produzidos entre 2018 e 2022:

- Websérie **Vozes Locais**, preparada pela GIZ, com oito episódios publicados, dois de cada país;
- Coleção de **12 fascículos** (resumos executivos), organizados pelo ICLEI, contendo experiências de boas práticas em gestão de áreas protegidas e outras medidas locais de conservação nos quatro países;

- Catalogação de **12 boas práticas** na plataforma **PANORAMA**, desenvolvida pela UICN com base nos casos identificados e analisados nas consultorias, assim como os casos adicionais acrescentados durante o curso do projeto, como o caso da educação virtual
- Série Podcast sobre Spotify em diferentes temas de gestão de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação.
- **Vídeos e entrevistas** com parceiros locais nos quatro países que foram apresentados no Congresso Mundial de Conservação da Natureza em setembro de 2021.

O ICLEI ativou sua rede de governos municipais para sistematizar experiências de melhores práticas. Com o apoio de consultorias no Brasil, Colômbia e Equador, foram selecionados três casos de sucesso por país. No Peru, a identificação de três boas práticas foi coordenada pela GIZ com o apoio da SPDA.

As consultorias incluíram visitas de campo para entrevistar as partes interessadas e coletar informações disponíveis. Após as visitas, as informações foram organizadas e analisadas a fim de compreender e sistematizar as experiências, como mostrado na figura abaixo (Figura 10).

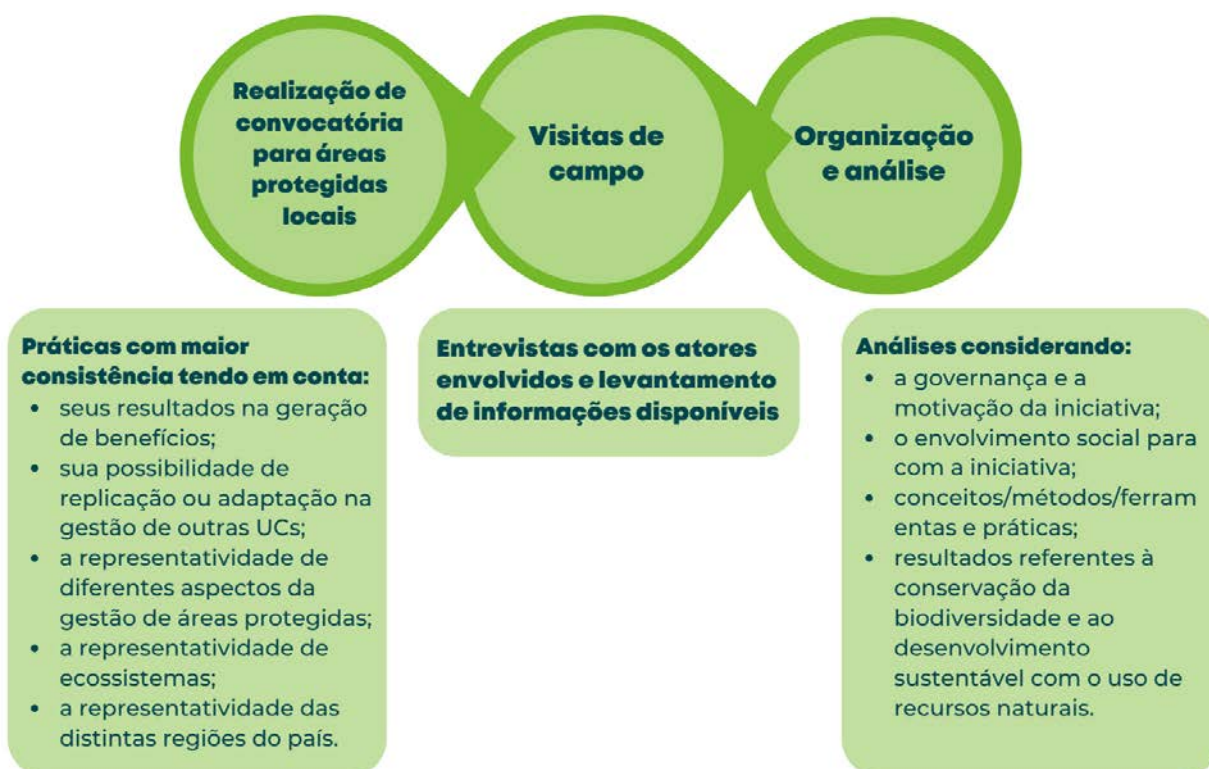


Figura 10 – Etapas na identificação de casos de boas práticas.

Fonte: Elaboração própria.

A sistematização das 12 histórias de sucesso na gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais foi preparada pelo ICLEI, seguindo um modelo fascinante desenvolvido com o apoio da consultoria de comunicação GIZ no projeto. De acordo com o modelo, cada boa prática descrita contém um máximo de duas páginas: ficha técnica, contexto e desafio a ser superado, solução do problema, beneficiários e lições aprendidas. Lançadas em 2019, as edições foram disponibilizadas no site do ICLEI<sup>11</sup>. No segundo semestre de 2020, a UICN adaptou este formato ao seu próprio modelo pré-existente para incluir a documentação das experiências na plataforma PANORAMA.

Enquanto a documentação das boas práticas estava sendo preparada, começaram a ser produzidos os primeiros episódios da websérie Vozes Locais. A referência técnico-científica para o conteúdo dos episódios foi o trabalho realizado nas consultorias. O objetivo da série web era destacar as ações dos governos locais para a conservação da biodiversidade.

Os oito episódios foram baseados em entrevistas gravadas com representantes locais sobre como uma área protegida ou outra medida de conservação foi administrada no município. As entrevistas foram conduzidas com o apoio do ICLEI e os roteiros foram preparados pela GIZ, que também fez a gravação, com o apoio da UICN. O conteúdo audiovisual foi então transcrito em espanhol e português e traduzido em três idiomas (português, espanhol e inglês). Os episódios foram divulgados através dos canais institucionais das contrapartes políticas e/ou dos parceiros implementadores do projeto no canal GIZ<sup>12</sup> YouTube no Brasil.

■ Com base na experiência de documentação mencionada acima: Recomenda-se documentar e disseminar boas práticas para explicar um tópico novo ou pouco conhecido. Aumentar o contato entre o tópico e o público-alvo e valorizar as experiências motiva os atores a se engajarem. Ficou claro que é importante que a reflexão sobre a forma e o conteúdo do produto ocorra simultaneamente. A questão é: o formato do produto escolhido tem potencial para atingir o público-alvo, ganhar escala e multiplicar-se? O desenvolvimento do formato das boas práticas sistematizadas, por exemplo, teve lugar após o desen-

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/biblioteca/?rel=2935&cat=21>.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLDAUSmB9bl3jaUVtuUy3SiL4IvdP-gpUNP>.

volvimento das consultorias. Se tivesse sido produzido como parte do planejamento da consultoria, ele teria minimizado o compromisso subsequente da equipe com o tempo.

Mesmo quando não se reflete sobre o desenho do escopo, é possível combinar o formato e a função do produto no decorrer de uma ação. Três perguntas orientadoras ajudam neste aspecto: A quem o produto servirá? Será possível atingir o público-alvo a ser sensibilizado? O formato escolhido permite isso e o ganho em escala? Em projetos onde a disseminação de benefícios, mobilização de públicos-alvo e sistematização do conhecimento são estratégicos, recomenda-se incluir produtos de comunicação e gestão do conhecimento como atividades no Plano Operacional Anual (POA).

A cuidadosa coleta de informações pelos consultores gerou como efeito positivo uma matéria prima que também pode ser utilizada pela UICN, levando em conta que o formato de apresentação do caso na plataforma PANORAMA requer uma lista de informações diferente da publicada pelo ICLEI.

A sistematização das boas práticas permitiu a divulgação para os representantes locais. Como resultado, foi formada uma “mini-rede” que multiplicou o número de pessoas envolvidas no gerenciamento de áreas protegidas ou outras medidas de conservação locais.

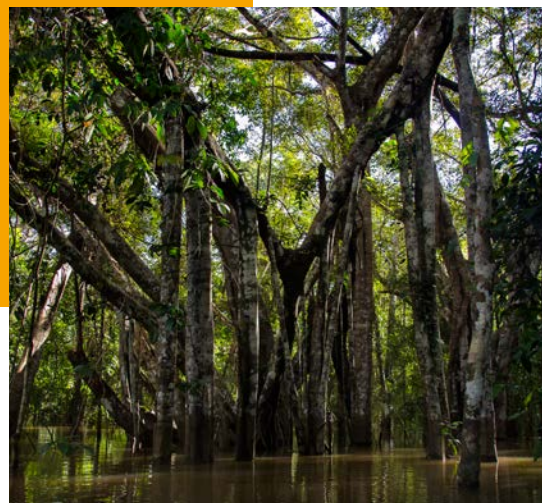
Para a divulgação, é relevante criar parcerias com outros projetos e instituições e participar de eventos maiores, como o Dia Mundial do Meio Ambiente virtual organizado pela ONU na Colômbia em 2020. No evento, o projeto divulgou os benefícios da gestão de áreas protegidas pelos governos locais muito além dos territórios dos quatro países.

## Impactos

Em relação ao alcance, **as experiências de boas práticas e a websérie foram amplamente divulgadas** em todos os eventos nacionais e supranacionais nos quais o projeto participou. No total, os episódios da webseries registraram mais de **4,8 mil visualizações** de junho de 2019 a junho de 2022.

Em termos de impactos alcançados, a maior contribuição foi **gerar visibilidade** e conversas em torno do tema “áreas protegidas e outras medidas de conservação locais” na América do Sul. O foco nas experiências locais ajudou a tecer uma rede de **divulgação de conteúdo que deixou claro que tipo de benefícios uma área protegida local** oferece ao seu ambiente. Como resultado, a **possibilidade de criar e gerenciar**

Ismar Santana



**áreas protegidas e outras medidas de conservação** tornou-se tangível. Também contribuiu para a formação da **Sub-Rede Temática de Áreas Protegidas Locais do ICLEI**, pois os temas e a série web reforçaram uma identidade entre os pares - neste caso, os atores na esfera do governo local, que foram capazes de se articular melhor em torno do tema.

## Participação em eventos

Outra abordagem utilizada para dar visibilidade às experiências e fomentar o diálogo sobre os temas na região foi a participação em congressos nacionais e internacionais, com a organização de eventos e sessões destinadas a aumentar significativamente a visibilidade do tema na América do Sul e no contexto internacional, em um sentido amplo. Foram realizadas importantes participações em vários eventos, dentre os quais se destacam os seguintes:



<p><b>COLÔMBIA</b></p> <p><b>2020</b> Dia Internacional do Meio Ambiente.</p> <p><b>2019 e 2020</b> Congresso Nacional de Municípios. Cartagena.</p> <p><b>2019</b> O poder das metrópoles e seu papel na conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Medellín</p> <p><b>2018</b> Fórum de ordenação territorial: Integração efetiva das áreas protegidas e OMECs. Bogotá</p>	<p><b>PERU</b></p> <p><b>2019</b> II Conferência Regional de Áreas Protegidas. Lima.</p> <p>III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e do Caribe (CAPLAC). Lima.</p> <p>Governos Locais: Conservando a biodiversidade para o bem-estar de todos e todas. Áreas Protegidas e OMECs em nível de governos autônomos. III CAPLAC. Lima.</p> <p>Fórum de Áreas Naturais Protegidas. Lima.</p>	<p><b>FRANÇA</b></p> <p><b>2021</b> Experiências dos governos locais em áreas protegidas e OMECs na América do Sul.</p> <p>Congresso Mundial da Natureza. Marselha.</p>
<p><b>EQUADOR</b></p> <p><b>2021</b> Fórum Internacional de Biodiversidade “Viver em harmonia com a natureza”.</p> <p><b>2018</b> II Conferência Regional de Áreas Protegidas Locais. Quito.</p> <p>Conferência Internacional de Biodiversidade “Territórios Biodiversos, Territórios de Direitos”. Cuenca.</p>	<p><b>BRASIL</b></p> <p><b>2021</b> X Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS).</p> <p><b>2019</b> IX Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS). Recife.</p> <p><b>2018</b> Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC). Florianópolis.</p> <p><b>2017</b> I Conferência Regional de Áreas Protegidas Locais. São Paulo.</p> <p>I Fórum Brasil de Gestão Ambiental (FBGA). Campinas.</p>	<p><b>EGITO</b></p> <p><b>2018</b> COP 14 CDB. Sharm El-Sheikh.</p>
		<p><b>ONLINE</b></p> <p><b>2021</b> V Conferência Regional de Áreas Protegidas Locais.</p> <p><b>2020</b> IV Conferência Regional de Áreas Protegidas Locais.</p>

Figura 11. Participação e organização de eventos nacional e internacionais.

As conferências e congressos nos quais o projeto participou foram eventos bem estabelecidos com um público bem informado. A principal contribuição do projeto foi permitir a participação de representantes do governo local e mobilizar parceiros políticos para essas ocasiões. Dessa forma, o fortalecimento dos governos locais na gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais ganhou mais relevância dentro destes eventos. Os parceiros implementado-

res foram considerados como referências por sua experiência no assunto, de modo que os governos locais e outras partes interessadas agora têm referências e pontos de contato.

## *Impactos*

A disseminação dos benefícios das áreas protegidas e outras medidas de conservação locais em eventos de terceiros deu visibilidade à questão, de modo que os governos locais de outros países latino-americanos e suas entidades cooperantes começaram a se aproximar dos parceiros implementadores do projeto para obter apoio para fortalecer essas áreas em seus territórios. Hoje, as discussões técnicas sobre a gestão de áreas protegidas locais, a identificação de outras medidas de conservação locais e o reconhecimento da importância dos

governos locais neste sentido são parte integrante do esforço latino-americano e nacional para fortalecer a gestão destas áreas.

A participação em eventos estabelecidos para reforçar um novo tema é fundamental para criar redes, disseminar conhecimento e dar voz aos governos locais e outros atores na gestão das áreas, além de ser uma estratégia muito oportuna em termos de custo-benefício, o que requer um orçamento que garanta a cobertura das despesas.



## **Conferências regionais**

Ao longo de sua implementação, o projeto realizou uma série de eventos internacionais anuais chamados **“conferências regionais”**. Eles reuniram parceiros políticos, representantes de governos locais, gerentes de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais, acadêmicos e representantes de ONGs dos quatro países implementadores e de outros. O objetivo era discutir e aprofundar questões de interesse para o projeto e criar momentos-chave para a mobilização e formação de uma comunidade interessada em fortalecer a criação e gestão de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação locais. A cada ano, ela ocorreu em um país diferente e sob a responsabilidade principal de um dos três parceiros implementadores.

A **primeira conferência regional** foi realizada em São Paulo (Brasil) em 2017 e correspondeu ao lançamento do projeto. Constitui um quadro de referência, como foi quando foi realizado o primeiro planejamento operacional anual em conjunto com os parceiros, iniciando assim a implementação real de suas atividades. Sua programação permitiu uma compreensão mútua do contexto no qual as áreas protegidas locais são criadas e administradas em cada país ([vídeo da Conferência](#)).



Marcos Leone

A **segunda conferência regional** ocorreu em Quito (Equador) em 2018, no âmbito da reunião internacional Habitat III+2, onde foram discutidas soluções urbanas para a construção de cidades sustentáveis. A conferência serviu para trocar experiências entre os governos locais sobre boas práticas de governança e gestão eficaz de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais. Em um diálogo em vários níveis, os ministérios do meio ambiente dos quatro países reafirmaram seu compromisso de melhorar suas estruturas institucionais e legais em favor dos governos locais ([link](#) para nota de conferência e apresentação em [vídeo](#)).



A **terceira conferência regional** foi realizada durante a III CAPLAC em Lima (Peru), em 2019. Ela se concentrou na apresentação de experiências bem sucedidas na gestão efetiva de áreas protegidas locais e nas estruturas legais e institucionais para a conservação da biodiversidade em nível local. Além da conferência, o projeto participou de 10 sessões do congresso, promovendo a participação e a apresentação de representantes de vários governos locais (**nota** do evento paralelo no âmbito do congresso).





A **quarta conferência regional** em 2020 passou para o ambiente virtual, devido à pandemia da COVID-19. O evento foi dividido em três sessões, abordando os seguintes tópicos:

- Governos locais na estrutura pós-2020;
- Disseminação de capacidades e conhecimentos;
- Artigulação entre governos nacionais e locais.

A participação superou as expectativas: mais de 1.000 pessoas inscritas para o evento, com um total de 3.500 visitantes, provenientes de 13 países, a maioria da América Latina e do Caribe ([Links](#) vídeos IV Conferência).



A **quinta e última conferência regional** que se realizou no final de 2021 também foi virtual com uma moderação presencial. O evento visava a gerar um diálogo sobre as realizações e resultados mais relevantes durante a implementação do projeto. Foi dividido em três sessões:

- **Diálogo** em vários níveis e troca de experiências bem-sucedidas entre governos nacionais e locais na gestão de áreas protegidas;
- **Multiplicação** de redes como disseminadores dessas áreas;
- **Experiências** bem-sucedidas na gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais.





A tabela a seguir detalha o número de pessoas que participaram das conferências regionais ao longo dos anos.

Participação nas conferências regionais			
Ano	País	Número de participantes	Organizador
2017	Brasil	150	ICLEI
2018	Equador	120	UICN
2019	Peru	70	GIZ
2020	Virtual	3.500	UICN, ICLEI e GIZ
2021	Virtual	2.956 <i>(1.471 em espanhol e 1.485 em português)</i>	UICN, ICLEI e GIZ

Tabela 2. Número de participantes nas conferências regionais do projeto

Estrategicamente, para sua organização, o projeto aproveitou - sempre que possível - um evento internacional já programado no país anfitrião, concentrando-se em questões adjacentes a sua ação. Dessa forma, as conferências regionais se tornaram mais atraentes para os

atores convidados, permitindo o cruzamento de agendas, economizando recursos de viagem e oferecendo oportunidades para expandir parcerias.

Paralelamente às conferências, foram feitas visitas técnicas a uma área protegida ou outra medida de conservação local próxima à cidade onde o evento foi realizado. Isso proporcionou uma forma aprimorada de aprendizado para os representantes do governo local que participaram da conferência regional e da visita de campo, pois puderam conversar com os líderes locais e ter uma experiência cognitiva completa. Para a equipe do projeto, as conferências regionais foram oportunidades para conduzir o planejamento operacional anual frente a frente. Em 2020 e 2021, tanto a conferência quanto o planejamento aconteceram em formato virtual e as visitas de campo não aconteceram devido à pandemia da COVID-19.

## *Impactos*

As conferências regionais foram estratégicas na construção de uma **comunidade de conhecimento e advocacy**. Eles contribuíram para todos os componentes do projeto: capacitação, reconhecimento do papel dos governos locais nas estruturas legais ou institucionais, e disseminação dos benefícios das áreas protegidas e outras medidas de conservação locais. Para os parceiros políticos, as conferências resultaram em benchmarking entre pares e **inspiraram o diálogo multinível e o aumento das sinergias**. Para os representantes do governo local, eles serviram como uma plataforma **para tornar visíveis suas** áreas protegidas, seus respectivos processos de criação e gestão, e seus sucessos e fracassos. A perspectiva internacional e regional dos eventos **reforçou a compreensão da importância** das áreas protegidas e outras medidas locais de conservação para **alcançar a Meta 11 de Aichi** e mobilizou as partes interessadas e o pessoal do projeto para contribuir ativamente para o **marco global pós-2020 da biodiversidade**.

Além disso, o Projeto foi convidado a contribuir para a Aliança Latino-Americana para o Fortalecimento das Áreas Protegidas em 2020 (**ALFA 2020**), uma aliança estratégica entre a Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica, Pronatura México, Redparques e outras partes interessadas, que surgiu para acelerar a plena implementação da Meta 11 de Aichi na região da América Latina até 2020. E, como mencionado



acima, contribuiu com dois capítulos para o relatório [Planeta Protegido](#) de 2020.

Proporcionar aos governos locais oportunidades de diálogo e liderança garantiu uma alta participação nas conferências regionais e criou uma rede de atores intangíveis que expressaram interesse em se engajar em ações futuras. A troca de experiências entre os governos locais ajudou a ampliar a compreensão da diversidade de situações nas quais as áreas protegidas e outras medidas de conservação locais são encontradas e a aprender uns com os outros.

Por exemplo, na [visita](#) ao município de Piura, no Peru, onde o governo local estava implementando ações para a conservação do “Humedales de San Pedro de Vice”, na província de Sechura declarou Sítio RAMSAR e o “Bosque Seco de Piedra del Toro, La Unión y San Luis”, no distrito e província de Morropón. Nesta visita de campo, representantes do Brasil, Colômbia e Equador tiveram a oportunidade de dar recomendações de gestão sobre temas como monitoramento e disseminação da biodiversidade, entre outros.

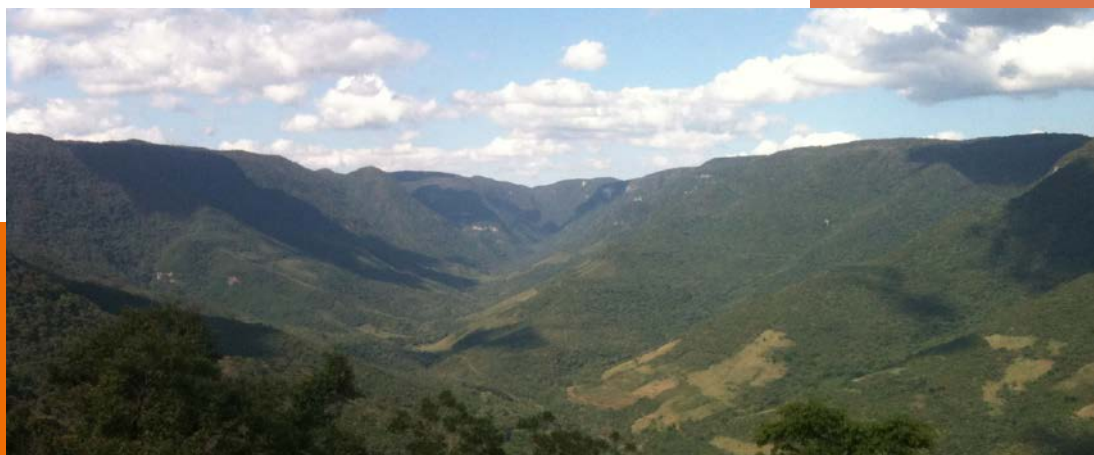


Permitir que os ministérios do meio ambiente dos quatro países aprendessem sobre histórias de sucesso na gestão dessas áreas e aprendessem sobre as demandas pendentes dos governos locais possibilitou a realização de outras ações, como o apoio à capacitação, por exemplo, com o curso ISE.

No nível regional, as conferências ofereceram a atores de outros países da América Latina e do Caribe com interesse no assunto a possibilidade de aprofundar sua compreensão do assunto. Nesses espaços, vários países como a Argentina solicitaram apoio para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes em seu país.

Embora prática em termos logísticos, a realização de conferências regionais ligadas às reuniões anuais de planejamento da equipe e dos parceiros implementadores nem sempre foi vantajosa para o alinhamento técnico e institucional. A sobreposição de eventos (conferência, planejamento e visita de campo) proporcionou tempo limitado e insuficiente para o esclarecimento de algumas questões estratégicas. Recomenda-se investir tempo no planejamento/reflexão com os parceiros antes dos eventos regionais e, em seguida, acompanhar a implementação das atividades após as conferências.

Na declaração final do CAPLAC, o projeto também foi fundamental para lançar uma declaração conjunta dos governos locais (Declaração de Lima), alegando o reconhecimento de sua importância para a conservação da biodiversidade (a declaração original e toda a documentação do III CAPLAC podem ser encontradas [aqui](#)).



*André Lima*

# Temas emblemáticos

Além dos resultados e impactos apresentados acima, o projeto desenvolveu várias questões relevantes para a gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes em nível de governo local na região da América Latina, que eram incipientes ou estavam sendo introduzidas apenas em nível internacional e nacional.

A seguir, devido à sua importância e ao seu impacto na região, essas questões e os resultados gerados através do projeto são apresentados em detalhes:

## Outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas (OMECA)

A Meta 11 da Aichi exige a conservação da biodiversidade tanto em áreas protegidas quanto em OMECs. Buscando orientação sobre a interpretação e aplicação deste conceito, em 2015 a CDB solicitou à UICN a criação de um grupo de trabalho para desenvolver diretrizes técnicas sobre este tema. Com base nos resultados deste grupo de trabalho, a definição da CDB foi estipulada em 2018 e adotada pelas Partes da CDB mediante a Decisão 14/8, bem como os critérios associados.

### Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em áreas (OMECA)

De acordo com a Decisão 14/8 da CDB, o conceito de OMECA corresponde a “uma área geograficamente definida, que não seja uma área protegida, que é gerenciada e administrada para alcançar resultados positivos e sustentáveis a longo prazo para a conservação da biodiversidade in situ com funções e serviços ecossistêmicos associados e, quando apropriado, valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores relevantes”.

Fonte: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Decisão Adotada pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica: 14/8 - Áreas protegidas e outras medidas de conservação efetivas baseadas em áreas. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-08-en.pdf>



## Orientações internacionais sobre OMECs conforme definido nas diretrizes da WPCA

Critério A: Atualmente a área não está reconhecida como área protegida

Critério B: A área está governada e gerenciada

Espaço delimitado geograficamente  
Autoridades de governança legítimas  
Gestionada

Critério C: Proporciona uma contribuição sustentável e eficaz para a conservação *in situ* da diversidade biológica

Resultados positivos para a conservação *in situ* da biodiversidade  
Sustentável a longo prazo  
Conservação *in situ* da diversidade biológica

Critério D: Funções e serviços associados dos ecossistemas e valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores localmente relevantes

Funções e serviços dos ecossistemas  
Valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores localmente relevantes.

*Fonte: União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) - Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas (WCPA). Diretrizes para Reconhecer e Informar Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em áreas. Disponível em: [https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/guidelines\\_for\\_recognising\\_and\\_reporting\\_oecms\\_-\\_january\\_2018.pdf](https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/guidelines_for_recognising_and_reporting_oecms_-_january_2018.pdf)*

O projeto foi muito ativo na interpretação do conceito, na geração de espaços de diálogo para sua compreensão e adaptação em nível nacional, bem como na promoção da identificação dessas áreas, seu fortalecimento e a elaboração de relatórios para o banco de dados global. Embora tenha trabalhado com uma abordagem regional para gerar espaços de diálogo sobre o tema na América Latina, o projeto também realizou ações específicas a esse respeito nos países implementadores.

Na **Colômbia**, o projeto “Adaptação dos critérios sobre outras medidas efetivas de conservação baseadas na área (OMEC) ao contexto colombiano” foi implementado conjuntamente pela Resnatur com o apoio do Instituto Humboldt e da Fundación Natura e financiado pelo Programa de Pequenas Doações (PPD) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) do Programa das Nações Unidas para o Desen-

volvimento (PNUD). Além disso, as atividades foram articuladas com o projeto “Integração de Áreas Protegidas no Bioma Amazônia (IAPA)”, coordenado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e financiado pela União Europeia. A cooperação concentrou-se na avaliação das diretrizes internacionais estabelecidas no guia **Guidelines for Recognising and Reporting Other Effective Area-based Conservation Measures**, preparadas pela WCPA da UICN, que foi traduzido pelo projeto do inglês para o português e para o espanhol.

Através da cooperação, as diretrizes do guia foram aplicadas a 29 casos colombianos. A partir de então, concluiu-se que as OMECs podem contribuir das seguintes maneiras:

- Trazendo o reconhecimento de diferentes tipos de governança e outras formas de fazer conservação;
- Acelerando a criação de áreas de conservação e aumentando a quantidade de patrimônio natural e cultural conservado;
- Aumentando a representatividade e a conectividade das paisagens;
- Aumentando a representatividade e a conectividade das paisagens;
- Contribuindo para uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios da conservação da biodiversidade.

Com estas e outras intervenções, o projeto contribuiu para consolidar o estado da arte das OMECs no país, definindo um roteiro de relatório em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, sendo o primeiro país a informar 3 áreas ao banco de dados global do **WCMC: Reserva Natural Privada La Ilusión, Parque Natural Municipal Andakí, e Reserva Natural Privada La Reseda**, de 0,441, 268,12 e 0,809 km<sup>2</sup> respectivamente, o que representa 0,03% da superfície nacional.

No **Equador**, a proposta “**Viabilidade e replicabilidade de outras medidas efetivas de conservação (OMEC) desenvolvidas pelos Governos Autônomos Descentralizados no Equador**” foi construída de forma participativa com o MAATE, os GADs e a sociedade civil. Esta proposta destaca a necessidade de reconhecer oficialmente as OMECs dos GADs. Além disso, o documento menciona que a definição do tamanho e do layout espacial de uma OMEC deve ser o resultado de um processo técnico participativo com a contribuição do MAATE, e que,

no nível dos GADs, as OMECs devem ser integradas no planejamento territorial e ambiental. A proposta também inclui uma série de mecanismos para uma governança eficaz e sustentável, fornecendo assim diretrizes muito concretas para as partes interessadas em criar ou fortalecer as OMECs.

No **Peru**, a aplicabilidade de 90 iniciativas de conservação sob os critérios apropriados da OMEC foi validada de forma participativa com o MINAM, resultando em 30 iniciativas de conservação com alta aplicabilidade; das quais 2 iniciativas locais localizadas nos distritos de Piura e Cusco e foram escolhidas para demonstrar no local todo o apoio necessário para o cumprimento dos critérios OMEC. Da mesma forma, em coordenação com a SPDA e MINAM, foi elaborada a proposta normativa para o reconhecimento das OMECs, que visa estabelecer disposições para a identificação, reconhecimento e gerenciamento de Outras Medidas Efetivas de Conservação (OMECs) que não sejam áreas naturais protegidas dentro do escopo nacional.

**Quatro intercâmbios regionais** de experiências sobre outras medidas de conservação também foram realizados com parceiros. Vários marcos-chave na identificação, fortalecimento e relatórios de OMECs na região da América Latina são apresentados abaixo e no gráfico abaixo o progresso feito em cada um dos países implementadores do projeto:



Figura 12. Linha do tempo: Espaços de trabalho OMEC.

Fonte: Adaptado do documento Contribuição para a política SINAP "Outras medidas efetivas de conservação baseadas na área - OMEC", elaborada pelo projeto junto com a Resnatur, o Instituto Humboldt e a Fundación Natura.

## Avanços das OMECs nos países

### Equador

- Publicação proposta sobre viabilidade e replicabilidade de OMECs
- Proposta de Acordo Ministerial
- Fortalecimento de capacidades
- Projeto de Cooperação Trilateral Fortalecimento de capacidades do corredor de conservação Cuyabeno, Güeppi, AiroPai, Huimeki, La Paya (Equador - Peru)

### Peru

- Elaboração de guia de modalidades de conservação
- Aplicativo sobre modalidades de conservação
- Criação da Área de Conservação Ambiental ACA Balcones, Negritos, Piura (criado sob os critérios OMECs) - em andamento
- Proposta normativa para identificação e reconhecimento de OMECs no âmbito nacional - em andamento



### Colômbia

- Implementação conjunta do Projeto adaptar critérios OMEC ao contexto colombiano 29 casos
- Guia para reportar à base de dados mundial adaptado - Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Divulgação de impactos e resultados em espaços de diálogo

### Brazil

- Reflexão sobre os critérios OMEC
- Participação em espaços de capacitação

Figura 13. Progresso dos quatro países em OMECs

A partir dos intercâmbios e acompanhamentos realizados, foi identificado que:

- Nos países da América Latina e do Caribe há uma série de áreas que podem ser potencialmente definidas como OMECs, tais como Reservas da Biosfera, sítios Ramsar, reservas florestais, áreas municipais e áreas privadas de conservação, entre outras. Entretanto, seu reconhecimento como tal deve ser analisado caso a caso.
- A maioria das áreas potenciais está sob a administração de outros setores além do governo nacional e regional. A identificação de OMECs permite o envolvimento e o reconhecimento de atores-chave além da esfera ambiental.
- Os países não dispõem de todas as ferramentas necessárias para identificar e validar as OMECs.
- Do ponto de vista legislativo, não existem regulamentos claros que reconheçam as OMECs, embora Equador e Peru tenham feito progressos na revisão e proposta de regulamentos.
- Este reconhecimento pode gerar incentivos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em outros espaços além das áreas protegidas.

## Impactos

O apoio do projeto para a adaptação das diretrizes de identificação da OMEC nos países de operação foi fundamental para que a América Latina e o Caribe tomassem consciência da questão e esclarecessem a **contribuição potencial que outras medidas de conservação podem dar para alcançar a Meta 11 de Aichi**. Houve uma colaboração significativa na **geração de espaços de diálogo sobre a OMEC**, que **não se limitaram aos quatro países participantes**, e outros países latino-americanos foram mobilizados. Como resultado, foram lançadas as bases para a análise do conceito OMEC e suas implicações a serem incluídas nas **políticas ambientais nacionais para os sistemas nacionais de áreas protegidas**. Com o amadurecimento das discussões técnicas, podem ser observados impactos positivos nos relatórios nacionais para o banco de dados internacional do World Conservation Monitoring Centre (WCMC), que também pode cobrir o **marco pós-2020 da CDB**. Com a implementação do projeto, apoiou-se a criação de espaços de diálogo com 13 países e a participação em webinars e treinamentos em nível internacional.

Com a geração de espaços de discussão técnica e a identificação das OMECs, o projeto reforçou o conceito e aumentou o conhecimento das realidades existentes. A partir daí, foi possível alimentar discussões sobre critérios e diretrizes técnicas em nível nacional, regional e internacional, assim como divulgar as diretrizes internacionais definidas pela UICN.

O escopo das ações foi ampliado graças a parcerias com outros projetos e atores, somando esforços e recursos disponíveis. O compromisso dos países de reconhecer o valor das OMECs foi de fundamental importância, e este compromisso foi possível por meio das contribuições do projeto para as políticas ambientais nacionais.

Na Colômbia, foi dado apoio ao desenvolvimento de um caminho para informar OMECs ao banco de dados global WCMC, que foi adotado pela Minambiente, e foram relatadas duas áreas, a primeira na América Latina <https://www.protectedplanet.net/country/COL>.

No Equador, este compromisso se refletiu na inclusão do termo

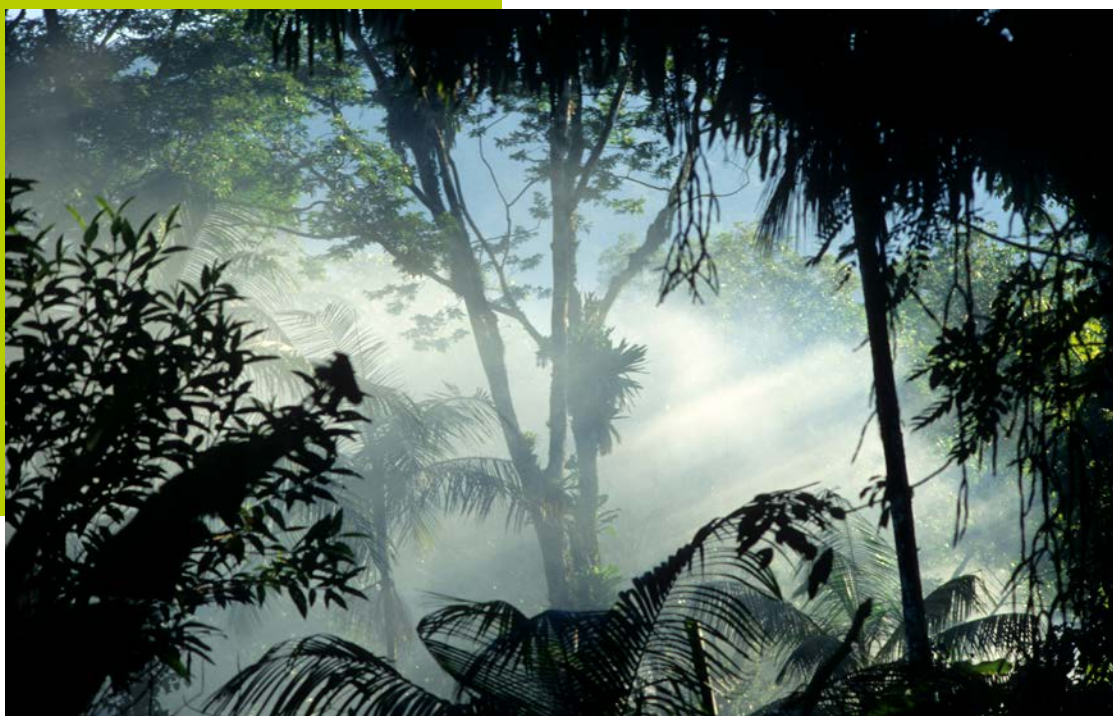


OMEC no nome de um dos departamentos do MAATE durante sua reestruturação interna, demonstrando a importância dada à questão como resultado das ações do projeto.

No Peru, foi apoiada a aprovação dos critérios OMEC pela Comissão Nacional de Diversidade Biológica (CONADIB) e foi analisada a aplicabilidade desses critérios em 90 iniciativas de conservação fora do SINANPE. Desde então, foi desenvolvida uma proposta normativa com o MINAM para a identificação e reconhecimento de OMECs em nível nacional. No Brasil, foram apoiados treinamentos, discus-

sões sobre os critérios de OMEC e intercâmbio de conhecimentos com outros países, permitindo que o país tivesse vários elementos para a definição do guia nacional para a identificação e a comunicação de OMECs.

Um grande desafio, entre muitos outros, que permanece em relação à questão é como medir a efetividade das OMECs em demonstrar sua contribuição para a realização dos Objetivos de Biodiversidade em nível nacional e global. Além disso, é importante continuar a discutir a governança e a implementação dos critérios em cada país.



*Werner Rudhart*

# Equidade na gestão de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação

A meta 11 de Aichi afirma que a gestão de áreas protegidas deve ser efetiva e equitativa. Embora o que se entende por gerenciamento efetivo esteja bem definido na literatura sobre áreas protegidas, o gerenciamento equitativo não está. Na busca de insumos como dados e padrões técnicos propostos para contribuir para a agenda pós-2020 da CDB, instituições de pesquisa, organizações governamentais e ONGs têm unido forças para estabelecer o conceito e desenvolver ferramentas para promover, monitorar e avaliar a equidade na gestão de áreas protegidas.

Como parte do objetivo geral do projeto, este aspecto começou a ser trabalhado em seu terceiro ano de implementação e desde então tem sido discutido em alguns espaços de uma maneira dinâmica.

## Equidade

**A concepção de equidade está relacionada com a de justiça social. Ambas têm três dimensões:**

I

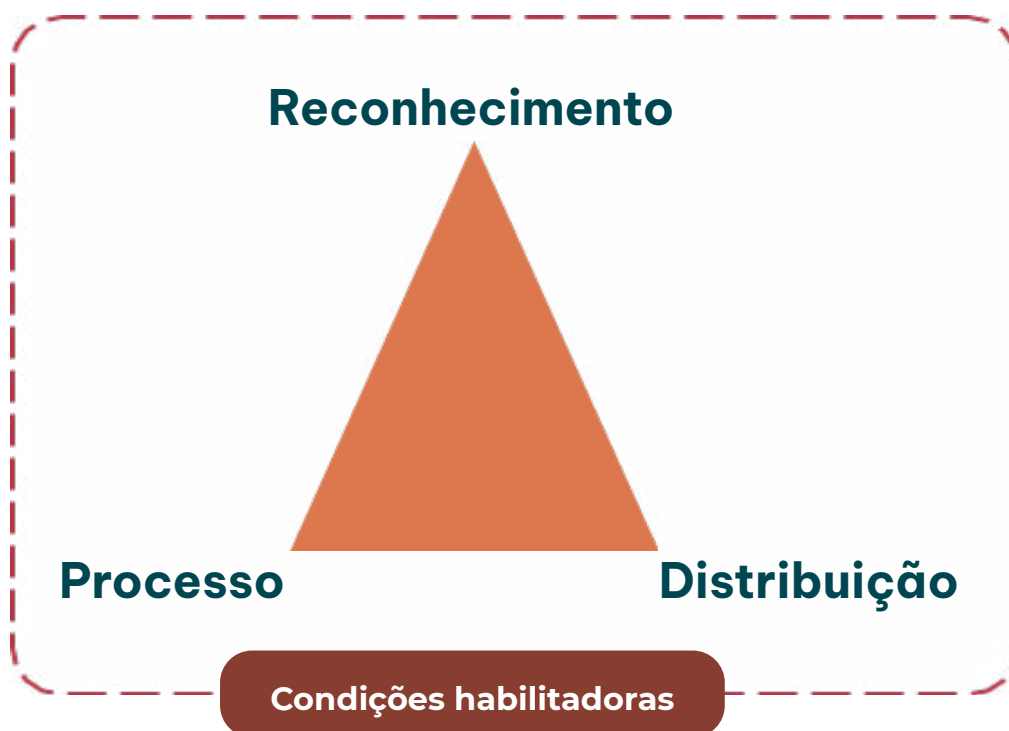
Reconhecimento: respeito pelos direitos e diversidade de identidades, valores, sistemas de conhecimento e instituições de diferentes atores.

II

Procedimento - participação das partes interessadas na tomada de decisões, transparência, responsabilidade e resolução de conflitos.

III

Distribuição - alocação de benefícios e custos e mitigação de custos que podem ser incorridos por alguns atores.



*Figura 14. Dimensões da equidade.*

Cada dimensão abriga um conjunto de princípios de equidade em áreas protegidas, diretamente associados aos preceitos de boa governança neste contexto, desenvolvidos por trabalhos associados ao Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Os princípios-chave da boa governança das áreas protegidas incluem: reconhecimento e respeito aos direitos, interesses e conhecimentos das partes interessadas; participação na tomada de decisões; transparência, acesso à informação e prestação de contas; compartilhamento equitativo dos benefícios; mitigação dos impactos negativos.

Dimensões da equidade		Princípios de equidade para gestão e governança de áreas protegidas
<b>Reconhecimento</b>	<i>Respeito aos direitos, valores, identidade e conhecimento dos diferentes atores sociais. Consideração da diversidade e dos grupos sociais minoritários.</i>	Reconhecimento e respeito aos direitos humanos, de acordo com o direito internacional e nacional.
		Reconhecimento e respeito aos direitos legais e consuetudinários à terra e aos recursos naturais.
		Reconhecimento e respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo autodeterminação e consentimento livre, prévio e informado.
		Reconhecimento e respeito por todas as partes interessadas relevantes e seus diversos interesses, níveis de capacidade e poder de influência.
		Reconhecimento e respeito por diferentes identidades, culturas, sistemas de conhecimento, valores e instituições.
<b>Procedimento</b>	<i>Participação efetiva de diferentes atores sociais na tomada de decisões e na resolução de conflitos.</i>	Participação plena e efetiva de todas as partes interessadas relevantes na tomada de decisões.
		Transparência, apoiada pelo acesso oportuno de informações significativas em formas apropriadas.
		Prestação de contas pelo cumprimento de responsabilidades e por outras ações e omissões.
		Acesso à justiça, incluindo procedimentos eficazes de resolução de disputas e reparação.
		Aplicação da lei de forma justa e efetiva
<b>Distribuição</b>	<i>Distribuição justa dos benefícios, custos e riscos, tanto em relação aos resultados quanto em relação aos procedimentos.</i>	Identificação e avaliação da distribuição dos custos, benefícios e riscos e seus impactos no bem-estar.
		Medidas efetivas para mitigar os impactos negativos sobre os povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.
		Benefícios compartilhados de forma equitativa entre as partes interessadas relevantes.

## CONDIÇÕES / CONTEXTO

Uma quarta dimensão também pode ser considerada: o contexto que influencia e as condições necessárias para a viabilidade efetiva das outras dimensões da equidade. Este campo inclui, por exemplo, questões relacionadas a: dinâmica do poder, gênero, educação, entre outras.

Algumas condições são necessárias para uma gestão equitativa, como o reconhecimento de todos os tipos de governança de áreas protegidas existentes (Franks, P.; et al., 2018). Desde a COP 10 da CDB em Nagoya, em 2010, a equidade tem sido considerada um elemento de “boa governança” de áreas protegidas. Portanto, avaliar a gestão equitativa de uma área protegida implica em uma avaliação da governança. Isto implica uma análise das relações de reconhecimento e direitos entre as partes interessadas e os mecanismos de prestação de contas (transparência).

Levando em conta os conceitos que envolvem a concepção de equidade, o esforço inicial do projeto consistiu precisamente em encontrar uma resposta adequada ao seu contexto de ação, considerando a diversidade social e étnica dos países envolvidos. Inicialmente, foram desenvolvidas atividades específicas no Brasil, Equador e Colômbia.

No **Brasil**, o evento “Equidade na gestão e governança de áreas protegidas: do discurso internacional à implementação local” foi realizado em dezembro de 2019, no âmbito do IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS), que promoveu uma reflexão sobre o conceito, sua aplicação na gestão de áreas protegidas e possíveis formas de monitorar esta aplicação. Como resultado não intencional, o DAP/MMA fundou um grupo de trabalho sobre o tema, que discutiu possíveis ferramentas para sua integração, tais como uma cartilha para fortalecer o tema e uma metodologia para avaliar o estado da arte da equidade no SNUC.

O tema da gestão equitativa de áreas protegidas foi apresentado em vários trabalhos no 10º Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS, 11/2021). Foram discutidos os resultados de um estudo e vários estudos de caso do Brasil. O fórum é de grande importância para o intercâmbio com os governos locais e o público profissional; devido ao seu caráter inovador e à grande demanda sobre o tema, muitas pessoas da América Latina participaram.



No Brasil, foi iniciado o trabalho de um guia para a gestão equitativa das áreas protegidas. Para este fim, nove estudos de caso estão sendo trabalhados e um documento de síntese para gerentes de áreas protegidas locais está sendo redigido em linguagem simples.

No **Equador**, o projeto apoiou o MAATE na construção da Proposta de Norma Técnica para a Gestão Participativa de Áreas Protegidas, que contempla as formas pelas quais os governos locais podem participar na gestão de áreas protegidas dentro de sua jurisdição. Esta proposta foi apoiada juntamente com o Programa Bilateral GIZ para a Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Natural no Equador e o Projeto de Cooperação Trilateral para a Capacitação no Corredor de Conservação de Cuyabeno, Güeppí, Airo Pai, Huimeki, La Paya (Equador-Peru).

Na **Colômbia**, a metodologia *Site-level assessment of governance and equity* (SAGE) foi aplicada para avaliar a governança e a equidade a nível local no âmbito do programa Euroclima+ apoiado pela Expertise France, GIZ e com o apoio do International Institute for Environment and Development (IIED). Esta metodologia é baseada nos princípios de governança das áreas protegidas da UICN e foi desenvolvida por várias instituições nos últimos anos. Em 2019, o IIED começou a pilotá-lo na América Latina, África e Ásia. Como parte do projeto, o piloto foi realizado no município de Belén de los Andaquíes, incluindo a adaptação da metodologia ao contexto local e o treinamento de profissionais de conservação para sua posterior multiplicação, assim como a realização de oficinas de campo e a análise dos respectivos resultados.

Como resultado, foram gerados insumos para planejar ações para melhorar a equidade nas OMECs do município, tais como visitas frequentes ao PMN Andakí pelos gerentes da área, convidando as comunidades locais a discutir espaços relacionados ao Parque, ajustando a visão e a missão do Parque no novo plano de gestão.

Os resultados também forneceram informações a outros governos locais e estaduais e ao nível federal sobre como melhorar a equidade em áreas protegidas e outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas como SAGE: Uma nova ferramenta para avaliar a governança e a equidade de áreas protegidas e conservadas no âmbito

do Congresso Mundial de Conservação em Marselha em 2021 e em um webinar com os quatro países do Projeto em abril de 2021.

## SAGE

A metodologia SAGE compreende 10 princípios de governança equitativa, que se baseiam nos princípios da UICN de boa governança para áreas protegidas (ver tabela 3). O método é aplicado através de uma oficina de um ou dois dias com os principais interessados da área protegida a ser analisada. Na primeira parte do workshop, os participantes são separados em grupos por natureza institucional e respondem a um questionário. Por exemplo, no caso do projeto piloto Belén de los Andaquíes, os participantes foram divididos em:

- governos locais e regionais,
- povos indígenas,
- grupos de ação comunitária,
- ONGs, sociedade civil e academia.

Na segunda parte, os resultados são analisados conjuntamente com base em uma ficha de pontuação adaptada, e são identificadas as diferenças nas perspectivas dos diferentes atores e suas causas. Quando desejado, são elaborados planos de ação para melhorar a equidade na gestão de áreas protegidas. Um artigo sobre o caso foi publicado na “**Parks Magazine**”, vol. 27, maio de 2021.

O SAGE visa melhorar a gestão de áreas protegidas e fornece informações sobre equidade em nível local e nacional, assim como para a própria CDB. O IIED trabalha em estreita colaboração com a UICN, que pretende incluir o método na Lista Verde.

*Fontes: Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED). Avaliação de governança e equidade (SAGE) em nível local.*

*Disponível em: <https://www.iied.org/site-level-assessment-governanceequity-sage>  
União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). SAGE: uma ferramenta totalmente nova para a governança e avaliação patrimonial. Disponível em: <https://www.iucn.org/news/protected-areas/202001/sage-a-brand-new-tool-governance-and-equity-assessment>*

A aplicação da metodologia SAGE é simples e fornece informações essenciais para a criação de estratégias para fortalecer as áreas protegidas e outras medidas de conservação. Oferece também a oportunidade de discutir as posições, preocupações e necessidades dos atores envolvidos na gestão da área, o que fortalece os laços entre eles e os capacita.

No processo de adaptação da metodologia para a iniciativa-piloto na Colômbia, foi adicionado o princípio de “coordenação e colaboração”,

que provou ser de grande interesse para os participantes e tem o potencial de garantir a sustentabilidade das ações a longo prazo. Por outro lado, alguns princípios oferecidos pelo método original não encontraram muita aderência.



Figura 15 – Visão geral da metodologia SAGE e suas inter-relações.

Fonte: Elaboração própria

SAGE: Princípios de governança e equidade para a conservação.

Fonte: Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED). Avaliação de governança e equidade a nível local (SAGE).

Disponível em: <https://www.iied.org/site-level-assessment-governance-equity-sage>.

## Impactos

Os resultados em favor da equidade ainda são incipientes, mas as ações realizadas contribuíram para **melhorar as capacidades de manejo** das áreas protegidas locais e outras medidas efetivas de conservação baseadas na área, principalmente em nível lo-

cal e federal. O projeto conseguiu dar **visibilidade** a um conceito que tem sido pouco aplicado e **gerar uma agenda** de trabalho na qual os atores envolvidos têm aprofundado e desenvolvido estratégias e ferramentas para assimilar e disseminar os princípios

da governança equitativa. É crucial que o parceiro político esteja comprometido ao trabalhar com a introdução de novos e complexos conceitos. O efeito multiplicador é maior e a abordagem pode ser mais sistêmica. Da mesma forma, uma questão como a equidade, que envolve dinâmicas sociais ligadas a questões de identidade étnico-racial, relações de gênero e poder e acesso a benefícios, entre outras, deve ser trabalhada em estreito diálogo com as populações das áreas protegidas locais ou OMECs e seu meio ambiente.

Com as ações realizadas, ficou evidente que em algumas áreas a instância na qual a equidade é “atribuída” são os conselhos de

administração, e é necessário fortalecê-la neste nível de decisão. Com mais tempo de implementação, a questão poderia ser integrada no escopo do projeto, que poderia incluir análises do estado de equidade nos diferentes estudos realizados e a integração de indicadores específicos.

Também foi percebida a necessidade de articular-se com outras organizações que trabalham com questões de equidade e governança em áreas protegidas, a fim de aprender e alinhar-se umas com as outras. Recomenda-se analisar como articular melhor a equidade com os processos ligados à Lista Verde da IUCN e às OMECs. O potencial de diálogo é grande e precisa ser explorado.



## Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas

O Programa Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN visa a incentivar, alcançar e promover áreas protegidas efetivas, equitativas e bem sucedidas em todos os países e jurisdições parceiros. De acordo com a missão central da UICN “Um mundo justo que valoriza e conserva a natureza”, o objetivo da Lista Verde é aumentar a contribuição que as áreas protegidas governadas de forma equitativa e eficaz fazem para o desenvolvimento sustentável através da conservação da natureza e dos valores sociais, econômicos, culturais e espirituais associados.

Na Colômbia, a Área Metropolitana do Vale do Aburrá iniciou a nomeação do Parque Natural Regional Metropolitano do [Cerro El Volador](#) (PNRMCV) para a Lista Verde, tornando-se a primeira experiência em um contexto urbano a fazer parte deste processo. Da mesma forma, o processo de autoavaliação foi realizado para o Parque Natural Municipal Andakí, registrado como OMEC no banco de dados global do WCMC.

A aplicação da primeira fase do padrão de autoavaliação da Lista Verde permitiu identificar os pontos fortes e fracos na gestão e administração das áreas, levando em conta que muitas ações ou atividades são realizadas para manter os valores da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Também gerou reflexões importantes sobre o padrão e como ele também pode ser aplicado a OMEC e em outros contextos, tais como os contextos urbanos. Com base neste exercício, a Área Metropolitana do Vale do Aburrá continuou com o [processo](#) de autoavaliação e espera realizar o procedimento de nomeação em 2022.

## Cooperação e intercâmbio entre governos locais

No âmbito do projeto de Áreas Protegidas Locais, o ICLEI trabalha na consolidação de sua metodologia de cooperação com o objetivo de apoiar os governos locais na construção e fortalecimento da sustentabilidade territorial, através do intercâmbio de experiências e capacitação, e da formação de uma rede de municípios multiplicadores para a configuração de acordos de cooperação com foco em áreas protegidas e outras medidas de conservação eficazes.

A metodologia foi desenvolvida pelo ICLEI de forma participativa ao longo de 2019, com uma iniciativa piloto realizada com os [municípios brasileiros](#) entre abril e julho de 2020. O ciclo consiste em três etapas:

I preparação

II implementação

III reflexão



como mostra a figura abaixo. Algumas frentes de ação ocorrem ao longo do processo, de forma transversal: pesquisa e gestão da informação, governança, parcerias, participação social, comunicação, gestão de operações e processos, avaliação e monitoramento.

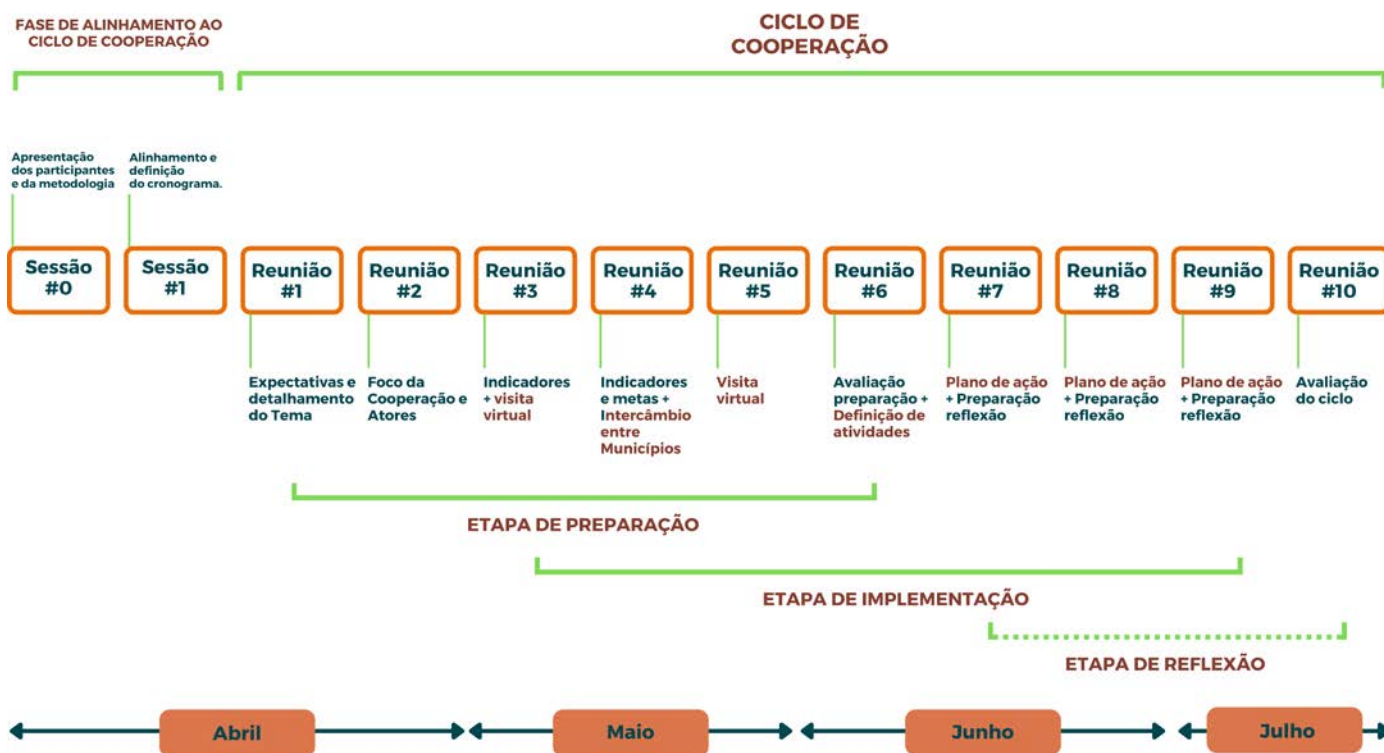


Figura 16 – Etapas do ciclo de cooperação.

Fonte: Documento de apresentação do Ciclo de Cooperação entre Governos Locais desenvolvido pelo ICLEI.

O piloto envolveu os municípios de João Pessoa, na Paraíba, e São Leopoldo, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Devido à pandemia da COVID-19, as reuniões foram realizadas virtualmente. Além disso, como não foi possível para os municípios realizar as visitas de campo pessoalmente, foi realizada uma visita virtual, apoiada por vídeos e apresentações. Para garantir a participação ativa dos municípios e, ao mesmo tempo, permitir a observação e análise crítica da metodologia, o ICLEI contratou uma empresa de consultoria para facilitar os processos.

O foco temático da cooperação foi nos mecanismos financeiros, descritos pelos municípios participantes como “instrumentos de captação de recursos fora do orçamento municipal para a gestão de áreas

protegidas municipais”. Levando em conta os mecanismos já acasados, foi proposto o intercâmbio de experiências. O modelo de cooperação também previu a definição de objetivos e um conjunto de indicadores para reconhecer se o objetivo do ciclo havia sido alcançado. Da mesma forma, o impacto da própria cooperação foi medido e a evolução das capacidades dos participantes foi monitorada. No final do piloto, foi elaborado um plano de ação para a cooperação intermunicipal a médio e longo prazo. Os resultados foram apresentados no webinar de lançamento da Sub-Rede Temática sobre Áreas Protegidas Locais fundada pelo ICLEI.

O Ciclo de Cooperação teve uma duração relativamente curta a fim de alcançar resultados mais concretos. O plano de ação criado previa a ação conjunta dos dois municípios por mais alguns meses, com o acompanhamento do ICLEI.

## Ciclo de cooperação na Colômbia

O ciclo de cooperação na Colômbia levou ao compromisso e à assinatura de um acordo pelos responsáveis de cinco municípios. O processo com os municípios da Mesa de Conservación del Sur del Valle de Aburrá consistiu em três etapas: preparação, implementação e acompanhamento, envolvendo diferentes grupos de atores. O objetivo deste planejamento era subsidiar reflexões e contribuir gradualmente com conhecimentos e experiências.

Este processo de interação envolveu a facilitação e o acompanhamento em cada uma das sessões de trabalho conjunto ou individual do ICLEI Colômbia e da equipe do ICLEI América do Sul, a fim de proporcionar as condições para a melhor troca possível de conhecimentos, experiências, oportunidades, ferramentas, diretrizes compartilhadas sobre questões, estratégias comuns e replicação de casos de sucesso em escala. Entidades ambientais como a Área Metropolitana do Vale do Aburrá (AMVA), Corantioquia e Parques Nacionais participaram do processo. O ciclo de cooperação desenvolveu suas atividades focalizando questões como a existência de desafios comuns (barreiras físicas e institucionais), semelhanças em termos de contexto, busca de replicação de experiências bem

sucedidas, otimização de recursos, melhoria de políticas públicas, fortalecimento e integração de governos subnacionais e progresso na realização de metas nacionais relacionadas à gestão de áreas verdes, protegidas e conservadas.

Com base na experiência, os prefeitos dos cinco municípios assinaram um acordo de compromisso para a implementação de ações. Além disso, foi realizado o mapeamento de áreas de conectividade ecológica, o que fortalece os processos de tomada de decisão em termos de biodiversidade e serviços ambientais, principalmente em relação aos sistemas de áreas verdes e áreas protegidas locais. Isto inclui, por exemplo, a necessidade de realizar monitoramento constante nos pontos definidos como de especial importância para a vida selvagem, para identificar se existe conflito entre homem e fauna e para priorizar ações para proteger a cobertura natural.

Foi preparado um documento com a metodologia, aspectos conceituais e principais elementos a serem levados em conta em outros **ciclos de coperação**.

Acervo MMA



## Programa de aceleração

O Programa de Aceleração de Unidades de Conservação visava a contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento de capacidades e governança de áreas protegidas e outras medidas de conservação de superfície especificamente no Brasil. Este programa procurou dar continuidade às atividades iniciadas no projeto e ao desenvolvimento e implementação de um programa que promovesse um pensamento inovador aplicado à gestão efetiva e equitativa das áreas protegidas municipais.

A consultoria selecionada para apoiar com este processo o desenvolvimento e a pilotagem da Metodologia de Aceleração foi a Sense-Lab, uma organização que trabalha em estratégia e inovação como articuladora das organizações, sistemas e liderança necessários para enfrentar os grandes desafios coletivos do presente.

O programa foi dirigido aos governos locais, tendo como público-alvo as equipes de gestão das unidades de conservação, mas ao mesmo tempo incentivando a participação de equipes multidisciplinares compostas por membros das prefeituras de diferentes secretarias e departamentos. O programa visava a estimular a equipe participante a pensar sobre quais atividades podem melhorar a gestão da UC, apresentando exemplos e elaborando um plano de desenvolvimento através de uma revisão estrutural e fazendo uso de ferramentas de planejamento. Ao invés de rever as diretrizes estratégicas e seus modelos de desenvolvimento territorial, os participantes foram encorajados a transformar o plano em planos de ação locais, visando a colocar o plano estruturado em prática, sempre considerando a governança participativa no território.

### *Impactos*

A partir da iniciativa piloto realizada, o Ciclo de Cooperação e o Programa de Aceleração provaram ser metodologias inovadoras que requerem novas aplicações para medir seus impactos. No caso do Ciclo de Cooperação, ele pode contribuir para todas as questões técnicas e de



gestão em áreas de interesse para os governos locais através do aprendizado entre pares. O processo envolveu prefeitos e governadores que apoiaram o processo e assinaram uma carta de compromisso.

Por sua vez, o programa de aceleração testou a metodologia no Brasil, na Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos em São Paulo/SP, envolvendo gestores da Secretaria de Meio Ambiente da cidade, bem como membros da sociedade civil que trabalham na realidade das Unidades de Conservação e gerando espaços de diálogo e fortalecimento sobre as questões estratégicas de gestão das áreas.

- O diagnóstico dos municípios participantes, que é realizado antes do Ciclo de Cooperação, pode ser feito previamente aplicando a **Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas** da UICN ou o Sistema de Análise e Monitoramento Gerencial (SAMGe), no caso do Brasil.
- É aconselhável preparar um guia para os participantes e comunicar suas responsabilidades a eles antes de iniciar o intercâmbio. O prazo de compromisso também deve ser assinado por cada município antes do início do ciclo.
- O processo virtual trouxe consigo complexidades, pois os participantes tiveram que assimilar vários novos elementos metodológicos. Ao mesmo tempo, oferecia mais oportunidades de participação, dada a ausência de custos logísticos e tempo de viagem.
- Recomenda-se integrar o Ciclo de Cooperação em outros processos de desenvolvimento de capacidade dos governos locais, bem como testá-lo com a participação de mais municípios - por exemplo, no contexto das regiões metropolitanas - e em outros países.
- Também é sugerido complementar a metodologia de cooperação desenvolvendo documentos modelo e um roteiro com os passos a seguir para implementar o ciclo.



## Sustentabilidade financeira das áreas e da gestão de governos locais

A transferência de recursos e a sustentabilidade financeira tem sido um dos principais fatores encontrados para limitar a criação e o manejo efetivo de áreas protegidas e outras medidas de conservação locais. Por sua vez, os gestores municipais e outros responsáveis pela agenda ambiental local não sabem onde e como acessar recursos, e as informações sobre mecanismos econômicos e financeiros estão dispersas e são pouco específicas. Também é necessário que, além do acesso aos recursos, esses atores possam contar com um modelo de boa governança e gestão eficaz da área protegida cuja sustentabilidade deve ser garantida.

Cada país identificou sua abordagem a esta questão com base na demanda expressa nos respectivos grupos de trabalho nacionais.

No **Brasil**, foi desenvolvido o Guia Prático de Captação de Recursos para Áreas Protegidas e Outras Medidas de Conservação no Nível Local, que descreve as fontes de recursos que podem ser acessadas diretamente pelos gestores municipais. O documento apresenta 15 mecanismos de financiamento, incluindo diferentes tipos de compensação e vários fundos, como emendas parlamentares e ICMS verde, entre outros. Além destas, são apresentadas 10 outras oportunidades de financiamento, como a obtenção de fundos de agências de desenvolvimento e bancos (nacionais e internacionais).

### ICMS ECOLÓGICO

O ICMS ecológico (ou verde) é uma fonte de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A legislação estabelece que pelo menos 25% do total do ICMS recolhido pelo Estado deve ser transferido aos municípios; 75% desse valor é distribuído de acordo com os critérios estabelecidos na Constituição, e cada estado pode definir seus critérios de distribuição para os 25% restantes. Assim, os critérios de distribuição podem ser direcionados a medidas ambientais implementadas pelos municípios e relevantes para a escala e o contexto de cada município. Este mecanismo pode assim contribuir significativamente para a expansão das áreas protegidas existentes e para a criação de novas áreas.

Em 2019, o projeto fez uma parceria com o IPAM, TNC e a Fundação SOS Mata Atlântica para compilar as informações disponíveis sobre o assunto. Um documento detalhado sobre as legislações estaduais relacionadas ao ICMS Ecológico foi produzido e posteriormente publicado na [plataforma Proteja](#), que reúne conteúdos sobre áreas protegidas no Brasil e é gerenciado por organizações da sociedade civil. Um efeito não intencional - mas positivo - desta ação foi aproximar o Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (DAP/MMA) da sociedade civil organizada.

Na **Colômbia** foi produzido o documento [Recomendações para a Incorporação de Áreas de Conservação e Instrumentos Econômicos no Planejamento Municipal do Ordenamento Territorial](#), um material de orientação para os governos locais e outros atores interessados em promover áreas de conservação e instrumentos que garantam sua sustentabilidade. O trabalho foi precedido por um diagnóstico de como os municípios colombianos abordam a incorporação da conservação ambiental em seu planejamento territorial. Para realizá-lo, foram analisados estudos de caso e oficinas participativas realizadas em diferentes regiões do país, a partir das quais foram geradas as recomendações do documento.

A cartilha cobre os seguintes tipos de instrumentos:

- **Instrumentos de gestão:** estes instrumentos facilitam a apropriação, transformação ou conservação da terra e permitem a realização de ações dentro do marco regulatório.
- **Instrumentos econômicos:** têm quatro classificações, caracterizadas como “comando e controle do mercado” (impostos, tarifas, multas), “educação e treinamento” (cotas, conquistas), “econômico” (compensação, incentivos, subsídios) e “voluntário”.
- **Instrumentos de financiamento:** correspondem a fontes de recursos para créditos e ações como formulação de projetos e intervenção em estruturas físicas, caracterizados como “destinados” e “de desenvolvimento”.

A Fedemunicipios, que opera com grande capilaridade no país, foi responsável pela divulgação do documento. O conteúdo também foi adaptado para estruturar um curso virtual gratuito, oferecido pela plataforma ESAP desde novembro de 2020, no qual participaram 2603 pessoas entre 2020 e 2021. Os municípios declararam que tanto

a cartilha quanto o curso foram muito úteis para ampliar seus conhecimentos sobre o assunto e para conhecer em detalhes todos os instrumentos aos quais têm acesso e que não conheciam antes.

No **Ecuador** foi elaborada uma proposta para uma Estratégia de Sustentabilidade Financeira para áreas protegidas/conservação dos GAD. A proposta foi desenvolvida considerando a Estratégia de Sustentabilidade Financeira do SNAP, baseada nas diretrizes para a elaboração dos Planos de Sustentabilidade Financeira do Patrimônio Natural do Estado, que haviam sido implementados anteriormente. Os mecanismos de financiamento contemplados na estratégia correspondem a taxas e tarifas, recursos de cooperação internacional e fundos públicos, entre outros.

## Sustentabilidade

No contexto da conservação da biodiversidade, sustentabilidade é definida como a capacidade de uma área específica de se manter ao longo do tempo e garantir serviços ecossistêmicos no presente, sem prejudicar as condições para a existência futura.

Também foi realizado no país o Curso de Treinamento em Manejo de Áreas Protegidas e Outras Medidas de Conservação do Governo Local, que incluiu uma sessão sobre mecanismos financeiros. Um dos objetivos do treinamento foi divulgar os mecanismos identificados na Estratégia de Sustentabilidade Financeira dos GAD, tanto no nível das áreas protegidas locais através da promoção do desenvolvimento de planos de sustentabilidade financeira como para as OMECs na aplicação de possíveis mecanismos financeiros.

No **Peru**, o projeto apoiou o diagnóstico de 90 iniciativas de conservação sob os critérios da OMEC, onde também foram identificados os possíveis mecanismos financeiros disponíveis para essas iniciativas para administrar a conservação de suas áreas. Estas informações tornaram possível conhecer e sistematizar as informações relevantes

sobre as iniciativas de conservação gerenciadas localmente. Foi realizado um curso sobre “Gestão da conservação da biodiversidade, com ênfase em ecossistemas e espécies”, que incluiu tópicos relacionados aos diferentes mecanismos financeiros que podem ser desenvolvidos em áreas de conservação fora das áreas naturais protegidas. Este curso ainda está disponível na plataforma Aprende do MINAM em um formato sem tutoria.

## *Impactos*

O principal resultado do projeto foi a sistematização de informações existentes e dispersas sobre mecanismos econômicos e financeiros para auxiliar os governos locais, que precisavam de material qualificado em uma linguagem apropriada. Os treinamentos oferecidos proporcionaram espaços para o aprendizado mútuo entre pares e permitiram o amadurecimento de abordagens sobre como aumentar a sustentabilidade financeira das áreas protegidas locais. O projeto mobilizou pessoas e instituições para abordar a questão e contribuiu para criar um ambiente favorável para avançar nessas temáticas.

- Para os gestores locais de áreas protegidas, a sustentabilidade financeira é uma questão central, e é comum os municípios alegarem que carecem de recursos para a conservação.
- O acesso aos mecanismos financeiros difere de país para país, pois depende da combinação de diferentes tipos de incentivos entre governos nacionais e locais, assim como da legislação ambiental nacional. Soluções diferenciadas precisam ser propostas sobre a questão, adaptadas a contextos específicos.
- Como a legislação está em constante mudança, o compartilhamento de informações sobre mecanismos financeiros precisa ser atualizado regularmente.
- Uma possibilidade de ampliar o acesso ao conhecimento sobre o tema, incluindo o conteúdo dos cursos e materiais desenvolvidos pelo projeto, seria apresentá-los em outros formatos, tais como vídeos, por exemplo.
- Para divulgar o tema, também é aconselhável preparar um “estudo de caso” sobre os objetivos nacionais de conservação e os benefícios das áreas protegidas em nível local.

# Considerações finais

Ao contrário do início do projeto em 2016, as áreas protegidas e outras medidas de conservação locais representam **agora um tema consolidado na agenda de conservação da biodiversidade** na América Latina. **O diálogo sobre OMECs se expandiu**, os critérios de identificação foram discutidos e a regulamentação futura foi apoiada. Oportunidades de capacitação e intercâmbio entre gestores locais foram proporcionadas, pois o projeto contribuiu para conferências regionais, workshops e cursos de treinamento, bem como participou ativamente de eventos de conservação bem estabelecidos na região.

Ao envolver **estruturas multiplicadoras** na realização de cursos nos países participantes e, levando em conta a prontidão da própria implementação do projeto, foi oferecida regularmente assistência técnica aos governos locais, o que também contribuiu diretamente para o progresso em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 - “Parcerias e Meios de Implementação”. **Ao mobilizar atores** dos ministérios do meio ambiente e governos subnacionais e locais por meio de uma abordagem em **múltiplos níveis**, o projeto ganhou capilaridade. Neste contexto, a **criação da Sub-Rede Temática** de Áreas Protegidas Locais pelo ICLEI estimulou a multiplicação das conexões e aprendizagens geradas entre os governos subnacionais na América do Sul.

As **boas práticas** de manejo de áreas protegidas e outras medidas de conservação local nos quatro países foram **divulgadas nacional e internacionalmente** através da plataforma **PANORAMA**<sup>13</sup>, do novo site do **ICLEI**, do site da **UICN** e da série web **Vozes Locais**<sup>14</sup>, que consiste em oito episódios curtos sobre como os municípios promovem a conservação da biodiversidade, reunindo relatos de representantes e gestores ambientais do Brasil, Colômbia, Equador e Peru. O objetivo é ampliar as vozes dos atores municipais para compartilhar as melhores práticas, oportunidades e desafios na gestão de áreas protegidas locais. Desta forma, foi possível conhecer o estado da arte da gestão de áreas protegidas e, sobretudo, de outras medidas de conservação locais nos quatro países. Como definido na Meta 11 de Biodiversidade de Aichi, foram disseminadas diretrizes para uma gestão mais equitativa entre os governos locais e foi promovida a reflexão sobre este conceito.

<sup>13</sup> <https://panorama.solutions/es>

<sup>14</sup> <https://www.youtube.com/playlist?list=PLDAUSmB9bl3jaUVtuUy3SiL4lvdPgpUNP>



Todas as contribuições do projeto apoiaram a **formulação e o refinamento de políticas públicas** para áreas protegidas e outras medidas de conservação locais. Os espaços de diálogo criados pelos grupos de trabalho nacionais em cada país contribuíram para a implementação de políticas públicas mais alinhadas entre os governos em todos os níveis e os atores da sociedade civil. Em nível internacional, o projeto contribuiu ativamente para o **reconhecimento do papel dos governos locais na conservação da biodiversidade na Declaração de Lima** do III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e do Caribe (CAPLAC). Como efeito desta declaração, especialistas da região propuseram a criação de um **grupo de trabalho sobre áreas protegidas locais** dentro da Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas da UICN (WCPA).

O projeto consolidou um ambiente propício para apoiar os governos locais na criação e gestão efetiva de áreas protegidas locais e outras medidas de conservação locais, com estruturas de apoio jurídico e político, fortaleceu entidades e atores-chave em termos de papéis e responsabilidades, e espaços de diálogo instituídos entre as partes. Isto ampliou os caminhos possíveis para atingir a Meta 11 de Aichi, tanto quantitativa como qualitativamente, ou para ir além. As experiências e conhecimentos gerados através do projeto tornaram-se diversas **contribuições para o debate sobre o marco pós-2020 da biodiversidade**.

Outro aspecto muito relevante do projeto foi o **diálogo em múltiplos níveis**, principalmente através dos grupos de trabalho do país, trabalhando juntos e desenvolvendo ferramentas úteis para fortalecer a gestão das áreas. Isso também permitiu um melhor diálogo entre os níveis nacional e local para compartilhar experiências e percepções sobre o assunto. A responsabilidade de conservar as áreas é de todos os níveis para promover o desenvolvimento, a conservação e envolver mais atores na gestão das áreas e na assistência técnica aos governos locais.

## Referências

Dudley, N. 2008. **Directrices para la aplicación de las categorías de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN.

GTZ. 2010. **Areas de conservación municipal: una oportunidad para la conservación de la biodiversidad y el desarrollo local. Reflexiones y experiencias desde América Latina**. Brasilia D.F, Brasil.

Grupo de Trabajo de la UICN-CMAP sobre OMEC (2021). **Reconocimiento y reporte de otras medidas efectivas de conservación basadas en áreas**. Gland, Suiza: UICN. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PATRS-003-Es.pdf>

CBD - Convention on Biological Diversity. (2010). **Strategic Plan on Biodiversity 2011–2020**. <https://www.cbd.int/sp/>

CBD - Convention on Biological Diversity. (2018). **Protected areas and other effective area-based conservation measures (Decision 14/8)**. Disponible en: <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-08-en.pdf>

Decisión 14/8 de 2018. **Adoptada por la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre Diversidad Biológica**. Decimocuarta reunión Sharm el-Sheikh (Egipto), 17 a 29 de noviembre de 2018.

Franks, P.; Booker, F.; Roe, D. **Understanding and assessing equity in protected area conservation: a matter of governance, rights, social impacts and human wellbeing**. Disponible en: <http://pubs.iied.org/14671IIED>.

IUCN-WCPA Task Force on OECMs. (2019). **Recognising and reporting other effective area-based conservation measures**. Gland, Switzerland: IUCN



Por ordem do



Ministério Federal  
do Ambiente, Proteção da Natureza  
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

